

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	23
---	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	105
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	113.450.000
Preferenciais	0
Total	113.450.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2011	Ordinária		0,77119

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.311.225	2.065.111
1.01	Ativo Circulante	547.746	429.356
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	113.462	42.418
1.01.03	Contas a Receber	205.277	219.554
1.01.03.01	Clientes	154.855	137.618
1.01.03.01.01	Clientes	142.725	115.994
1.01.03.01.02	Clientes-Partes Relacionadas	12.130	21.624
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	50.422	81.936
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	517	29.417
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	40.690	41.512
1.01.03.02.04	Outras Contas a Receber-Partes Relacionadas	881	1.127
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	8.334	9.880
1.01.04	Estoques	228.008	166.227
1.01.07	Despesas Antecipadas	999	1.157
1.02	Ativo Não Circulante	1.763.479	1.635.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	106.282	103.653
1.02.01.06	Tributos Diferidos	18.947	18.481
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.947	18.481
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	87.335	85.172
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	5.250	4.985
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	16.382	15.362
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	65.703	64.825
1.02.02	Investimentos	1.067.001	937.497
1.02.02.01	Participações Societárias	1.067.001	937.497
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.066.912	937.408
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	89	89
1.02.03	Imobilizado	579.627	581.289
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	538.263	557.401
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	41.364	23.888
1.02.04	Intangível	6.835	5.593
1.02.04.01	Intangíveis	6.835	5.593
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	1.622	1.498
1.02.04.01.03	Software	5.213	4.095
1.02.05	Diferido	3.734	7.723

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.311.225	2.065.111
2.01	Passivo Circulante	204.625	185.995
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.427	34.923
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.412	10.179
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.015	24.744
2.01.02	Fornecedores	24.586	35.920
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.586	35.920
2.01.02.01.01	Fornecedores	24.066	34.730
2.01.02.01.02	Fornecedores-Partes Relacionadas	520	1.190
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.884	23.678
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.883	9.229
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	605	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais e Federais	6.278	9.229
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.839	14.310
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	162	139
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	93.500	22.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	93.500	22.616
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.220	21.487
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	71.280	1.129
2.01.05	Outras Obrigações	15.228	68.858
2.01.05.02	Outros	15.228	68.858
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	53.907
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2.545	1.182
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	1.126	4.570
2.01.05.02.06	Contas a Pagar-Partes Relacionadas	1.317	1.308
2.01.05.02.07	Subvenções Governamentais	10.240	7.891
2.02	Passivo Não Circulante	122.872	112.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	76.071	73.804
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	76.071	73.804
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	72.895	70.488
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.176	3.316
2.02.02	Outras Obrigações	4.122	3.275
2.02.02.02	Outros	4.122	3.275
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	373	461
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	3.676	2.804
2.02.02.02.05	Contas a Pagar- Partes Relacionadas	13	10
2.02.02.02.06	Subvenções Governamentais	60	0
2.02.03	Tributos Diferidos	10.669	8.109
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.669	8.109
2.02.04	Provisões	32.010	27.127
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.493	25.610
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.065	17.707
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.722	6.998
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	706	905
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03	Patrimônio Líquido	1.983.728	1.766.801
2.03.01	Capital Social Realizado	777.796	746.529
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	123.171
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	1.186
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	833.171	897.049
2.03.04.01	Reserva Legal	55.162	55.162
2.03.04.02	Reserva Estatutária	376.268	376.788
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	401.741	431.514
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	33.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	250.707	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	69	52

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	467.417	1.324.652	400.509	1.096.350
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	540.725	1.528.479	462.351	1.266.632
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-3.232	-9.096	-3.232	-9.232
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-67.410	-187.676	-56.671	-155.561
3.01.04	Descontos Incorridos	-2.666	-7.055	-1.939	-5.489
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-299.845	-846.931	-236.553	-646.096
3.03	Resultado Bruto	167.572	477.721	163.956	450.254
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.140	-203.587	-59.074	-179.493
3.04.01	Despesas com Vendas	-62.680	-177.742	-55.261	-158.954
3.04.01.01	Com Vendas	-61.941	-175.497	-54.483	-156.644
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-739	-2.245	-778	-2.310
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.196	-80.003	-27.140	-73.904
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-20.675	-60.295	-20.528	-53.476
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-1.857	-5.776	-1.681	-5.550
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.094	-6.065	-1.887	-5.559
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.570	-7.867	-3.044	-9.319
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	590	3.554	1.107	3.341
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.054	-9.284	-5.592	-9.252
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	29.200	59.888	27.812	59.276
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	103.432	274.134	104.882	270.761
3.06	Resultado Financeiro	-10.674	-960	2.569	2.486
3.06.01	Receitas Financeiras	4.533	21.799	6.151	23.906
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.207	-22.759	-3.582	-21.420
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	92.758	273.174	107.451	273.247
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.708	-22.467	-13.039	-30.383
3.08.01	Corrente	-5.552	-20.373	-8.005	-21.563
3.08.02	Diferido	844	-2.094	-5.034	-8.820
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	88.050	250.707	94.412	242.864

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	88.050	250.707	94.412	242.864
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,77611	2,20988	0,83219	2,14128
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,77611	2,20988	0,83219	2,14128

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	88.050	250.707	94.412	242.864
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20	17	-68	915
4.02.01	Ajuste de Instrumentos Financeiros	0	0	0	959
4.02.02	Ajustes de Conversão do Período	20	17	-68	-44
4.03	Resultado Abrangente do Período	88.070	250.724	94.344	243.779

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	191.978	205.163
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	259.057	251.132
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	273.174	273.247
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	34.694	32.687
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	299	112
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-59.888	-59.276
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	10.778	4.362
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.637	-16.142
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-17.236	-16.806
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-61.243	8.386
6.01.02.03	(Aumento)nos Impostos a Recuperar	1.542	-17.383
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	29.563	1.934
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-11.334	4.665
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	470	10.044
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	2.410	2.223
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	14.191	-9.205
6.01.03	Outros	-25.442	-29.827
6.01.03.01	Recebimentos de Juros	402	1.658
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-5.520	-9.015
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-20.324	-24.044
6.01.03.04	Liberção de Incentivos p/ Reinvestimentos	0	1.574
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96.642	-58.147
6.02.01	Aquisição de Imobilizado,Diferido e Intangível	-26.430	-40.751
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	-489	0
6.02.03	Aplicações de Investimentos	-70.000	-83.829
6.02.04	Vendas de Ações em Tesouraria	277	2.766
6.02.05	Vendas de Títulos e Valores Mobiliários	0	63.667
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.292	-87.034
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	162.335	78.456
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-99.135	-89.214
6.03.03	Pagamento de Lucros Distribuídos	-87.492	-76.276
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	71.044	59.982
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.418	26.660
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	113.462	86.642

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585
5.04.08	Opções de ações canceladas ou perdidas	0	-974	974	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.707	17	250.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.707	0	250.707
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17	17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	0
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	250.707	69	1.983.728

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	728.336	124.701	648.755	-2.495	-852	1.498.445
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	728.336	124.701	648.755	-2.495	-852	1.498.445
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.193	-1.327	-42.703	0	0	-25.837
5.04.01	Aumentos de Capital	18.193	0	-18.193	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.327	0	0	0	-1.327
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	4.093	0	0	4.093
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.603	0	0	-28.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	242.864	915	243.779
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	242.864	0	242.864
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	915	915
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	959	959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-44	-44
5.07	Saldos Finais	746.529	123.374	606.052	240.369	63	1.716.387

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.516.722	1.254.576
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.328	1.251.911
7.01.02	Outras Receitas	3.554	3.453
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	848	1.308
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8	-2.096
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-963.538	-734.307
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-683.595	-491.259
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-279.099	-241.741
7.02.04	Outros	-844	-1.307
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-844	-1.307
7.03	Valor Adicionado Bruto	553.184	520.269
7.04	Retenções	-34.694	-32.687
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.694	-32.687
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	518.490	487.582
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	81.686	83.182
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	59.888	59.276
7.06.02	Receitas Financeiras	21.798	23.906
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	600.176	570.764
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	600.176	570.764
7.08.01	Pessoal	164.319	146.507
7.08.01.01	Remuneração Direta	110.877	98.210
7.08.01.02	Benefícios	43.153	38.750
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.065	9.445
7.08.01.04	Outros	224	102
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	157.375	155.025
7.08.02.01	Federais	105.419	105.038
7.08.02.02	Estaduais	50.807	48.557
7.08.02.03	Municipais	1.149	1.430
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.775	26.368
7.08.03.01	Juros	22.760	21.420
7.08.03.02	Aluguéis	5.015	4.948
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	135.135	156.898
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	135.135	156.898
7.08.05	Outros	115.572	85.966
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	115.572	85.966

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.694.676	2.361.609
1.01	Ativo Circulante	865.064	680.397
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	133.907	54.372
1.01.03	Contas a Receber	411.572	359.921
1.01.03.01	Clientes	342.053	259.484
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	69.519	100.437
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedor	543	29.518
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedor- Partes Relacionadas	126	0
1.01.03.02.03	Impostos a Recuperar	56.440	55.674
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber - Partes Relacionadas	848	782
1.01.03.02.06	Outras Contas a Receber	11.562	14.463
1.01.04	Estoques	318.050	264.499
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.535	1.605
1.02	Ativo Não Circulante	1.829.612	1.681.212
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	156.937	145.950
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.488	10.578
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	11.488	10.578
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.682	27.010
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.682	27.010
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	119.767	108.362
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	11.306	5.749
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	35.270	30.751
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	73.191	71.862
1.02.02	Investimentos	140	127
1.02.02.01	Participações Societárias	140	127
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140	127
1.02.03	Imobilizado	1.058.149	977.706
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	893.626	870.130
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	164.523	107.576
1.02.04	Intangível	614.386	557.429
1.02.04.01	Intangíveis	148.570	113.298
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	143.242	109.141
1.02.04.01.03	Software	5.328	4.157
1.02.04.02	Goodwill	465.816	444.131

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.694.676	2.361.609
2.01	Passivo Circulante	340.689	287.251
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	83.598	62.132
2.01.01.01	Obrigações Sociais	39.616	18.844
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.982	43.288
2.01.02	Fornecedores	58.025	62.380
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	58.025	62.380
2.01.02.01.01	Fornecedores	57.690	62.130
2.01.02.01.02	Fornecedores- Partes Relacionadas	335	250
2.01.03	Obrigações Fiscais	52.892	47.403
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.967	19.381
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.481	1.571
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	16.486	17.810
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	33.630	27.802
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	295	220
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	118.171	41.013
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	118.171	41.013
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.891	39.883
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	71.280	1.130
2.01.05	Outras Obrigações	28.003	74.323
2.01.05.02	Outros	28.003	74.323
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	53.907
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	3.225	1.310
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	13.904	10.221
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	10.874	8.885
2.02	Passivo Não Circulante	373.559	313.841
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	263.074	235.187
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	263.074	235.187
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	259.898	231.871
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.176	3.316
2.02.02	Outras Obrigações	10.704	4.568
2.02.02.02	Outros	10.704	4.568
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	4.478	1.738
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	6.163	2.830
2.02.02.02.05	Contas a Pagar-Partes Relacionadas	3	0
2.02.02.02.06	Subvenções Governamentais	60	0
2.02.03	Tributos Diferidos	47.952	26.403
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.952	26.403
2.02.04	Provisões	51.829	47.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.312	46.166
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	23.807	22.474
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.822	20.779
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.683	2.913
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.980.428	1.760.517

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.01	Capital Social Realizado	777.796	746.529
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	123.171
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	1.186
2.03.02.07	Reservas de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	833.171	897.049
2.03.04.01	Reserva Legal	55.162	55.162
2.03.04.02	Reserva Estatutária	376.268	376.788
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	401.741	431.514
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	33.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	247.407	-6.284
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	69	52

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	784.499	2.154.033	654.007	1.809.952
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ ou Serviços	928.514	2.546.509	771.167	2.138.049
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-9.502	-25.366	-6.694	-21.434
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-130.022	-354.703	-106.645	-295.743
3.01.04	Descontos Incorridos	-4.491	-12.407	-3.821	-10.920
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-489.410	-1.344.635	-371.297	-1.046.041
3.03	Resultado Bruto	295.089	809.398	282.710	763.911
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-179.548	-501.144	-161.703	-451.950
3.04.01	Despesas com Vendas	-137.978	-383.873	-114.238	-337.687
3.04.01.01	Com Vendas	-136.280	-379.051	-112.741	-333.409
3.04.01.02	Depreciação Amortização	-1.698	-4.822	-1.497	-4.278
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.779	-114.893	-37.411	-101.884
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-32.779	-92.103	-29.516	-79.321
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-3.828	-11.389	-4.302	-11.874
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.094	-6.065	-1.887	-5.559
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.078	-5.336	-1.706	-5.130
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.377	11.920	55	4.421
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.168	-14.298	-10.109	-16.800
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	115.541	308.254	121.007	311.961
3.06	Resultado Financeiro	-13.515	-13.953	-3.432	-13.926
3.06.01	Receitas Financeiras	6.910	26.892	8.488	31.773
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.425	-40.845	-11.920	-45.699
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	102.026	294.301	117.575	298.035
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.024	-40.610	-21.952	-51.507
3.08.01	Corrente	-8.486	-26.150	-11.283	-27.846
3.08.02	Diferido	-4.538	-14.460	-10.669	-23.661
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	89.002	253.691	95.623	246.528
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	89.002	253.691	95.623	246.528

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	89.002	253.691	95.623	246.528
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,78450	2,23619	0,84286	2,17358
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,78450	2,23619	0,84286	2,17358

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	89.002	253.691	95.623	246.528
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20	17	-68	915
4.02.01	Ajuste de Instrumentos Financeiros	0	0	0	959
4.02.02	Ajustes de Conversão de Período	20	17	-68	-44
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	89.022	253.708	95.555	247.443
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	89.022	253.708	95.555	247.443

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	262.775	297.176
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	364.136	360.520
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	294.301	298.035
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	47.028	38.805
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	1.687	836
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	21.120	22.844
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.824	4.977
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-62.015	-16.888
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-47.230	7.936
6.01.02.03	(Aumento) nos Impostos a Recuperar	-103	-22.964
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	27.353	-1.076
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-11.843	5.136
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	4.669	8.406
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	2.049	3.062
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	22.296	21.365
6.01.03	Outros	-36.537	-68.321
6.01.03.01	Recebimentos de Juros	0	1.658
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-9.844	-40.596
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-26.693	-30.957
6.01.03.04	Liberção de Incentivos p/ Reinvestimento	0	1.574
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-125.476	-147.271
6.02.01	Aquisição de Imobilizado, Diferido e Intangível	-79.158	-92.299
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	-489	0
6.02.04	Venda de Ações em Tesouraria	277	2.766
6.02.05	Venda de Títulos e Valores Mobiliários	0	63.667
6.02.06	Fluxo de Caixa Aquisição de Participação Societária	-46.106	-117.633
6.02.07	Aplicações Financeiras a longo prazo	0	-3.772
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-57.764	-60.496
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	169.328	119.079
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-139.599	-103.299
6.03.03	Pagamento de Lucros Distribuídos	-87.493	-76.276
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79.535	89.409
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.372	58.761
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	133.907	148.170

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585	0	-33.585
5.04.08	Opções de ações canceladas ou perdidas	0	-974	974	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	253.691	17	253.708	0	253.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	253.691	0	253.691	0	253.691
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17	17	0	17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	0	0	0
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	247.407	69	1.980.428	0	1.980.428

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	728.336	124.701	648.755	-13.644	-852	1.487.296	0	1.487.296
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	728.336	124.701	648.755	-13.644	-852	1.487.296	0	1.487.296
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.193	-1.327	-42.704	0	0	-25.838	0	-25.838
5.04.01	Aumentos de Capital	18.193	0	-18.193	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.327	0	0	0	-1.327	0	-1.327
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	4.092	0	0	4.092	0	4.092
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.603	0	0	-28.603	0	-28.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.527	915	247.442	0	247.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.527	0	246.527	0	246.527
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	915	915	0	915
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	959	959	0	959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-44	-44	0	-44
5.07	Saldos Finais	746.529	123.374	606.051	232.883	63	1.708.900	0	1.708.900

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.528.074	2.115.432
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.508.736	2.105.844
7.01.02	Outras Receitas	11.514	5.297
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	12.212	9.329
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.388	-5.038
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.565.104	-1.240.924
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.015.200	-767.226
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-544.086	-467.701
7.02.04	Outros	-5.818	-5.997
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-5.818	-5.997
7.03	Valor Adicionado Bruto	962.970	874.508
7.04	Retenções	-47.029	-38.805
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.029	-38.805
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	915.941	835.703
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.892	31.773
7.06.02	Receitas Financeiras	26.892	31.773
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	942.833	867.476
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	942.833	867.476
7.08.01	Pessoal	307.428	254.684
7.08.01.01	Remuneração Direta	221.190	179.545
7.08.01.02	Benefícios	65.496	57.757
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.827	16.183
7.08.01.04	Outros	1.915	1.199
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	332.727	312.797
7.08.02.01	Federais	215.330	210.227
7.08.02.02	Estaduais	114.477	100.017
7.08.02.03	Municipais	2.920	2.553
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.987	53.467
7.08.03.01	Juros	40.844	45.699
7.08.03.02	Aluguéis	8.143	7.768
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	138.119	160.562
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	138.119	160.562
7.08.05	Outros	115.572	85.966
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	115.572	85.966

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos** anuncia e submete à sua apreciação o resultado do terceiro trimestre de 2011 (3T11) e dos nove primeiros meses de 2011 (9M11). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. Dias Branco apresenta ao mercado os seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2011 (3T11), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de permitir aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seu negócio e de seus resultados.

No 3T11 a M. Dias Branco obteve um volume total recorde de vendas, líquido de devoluções, de 363,9 mil toneladas, que representa um crescimento de 8,0% em relação ao 3T10 (+7,4% sobre o 2T11), sendo importante mencionar, nessa mesma comparação, o crescimento obtido em biscoitos (10,5%) e em massas (12,7%), também percebido quando se compara com o obtido no 2T11 (+ 6,5% em biscoitos e + 1,4% em massas).

Esse crescimento é fruto das ações estratégicas de aperfeiçoamento da atuação da Companhia junto ao mercado, especialmente as voltadas ao fortalecimento de suas estruturas de vendas e marketing – de modo a maximizar a percepção da qualidade dos produtos e a diversidade do portfólio – além da integração mais acentuada entre a sua estrutura logística de produção e distribuição com a força de vendas, sem falar no efeito complementar da aquisição da Pilar.

No tocante a preços, a Companhia registrou uma elevação do preço médio de seus produtos da ordem de 11,3% no comparativo entre o 3T11 e 3T10, com destaque para o crescimento obtido em Farinha e Farelo (13,4%) e Margarinas e Gorduras (17,4%). Com relação ao 2T11, o preço médio dos produtos evoluiu 1,4%, decorrente, principalmente, dos reajustes de preço de biscoitos (+3,2%) e de margarinas e gorduras (+5,6%).

Como resultado desse quadro de volumes e preços, a Receita Líquida obtida pela M. Dias Branco no 3T11 atingiu o montante recorde de R\$ 784,5 milhões, apresentando uma expansão de 20,0% em relação ao 3T10 (+8,6% sobre o 2T11). Mesmo que excluamos os dados da Pilar, o valor da Receita Líquida de R\$ 753,5 milhões também é recorde nos resultados trimestrais da Companhia (+15,2% sobre 3T10 e +4,3% sobre 2T11).

No que se refere ao Lucro Bruto gerado, ele atingiu R\$ 295,1 milhões no 3T11, com crescimento de 4,4% em relação ao 3T10 e de 11,3% em relação ao 2T11. A margem bruta alcançou 37,6% no 3T11, a qual, embora inferior à do 3T10 (43,2%), superou a apresentada no 2T11 (36,7%). A pressão causada por maiores custos das principais commodities (trigo e óleo), além do efeito da aquisição da Pilar (-0,4 p.p), está na raiz das margens brutas menores atualmente apresentadas.

O processo de recomposição de preços, adequação do mix de vendas (privilegiando produtos de maior valor agregado), redução dos custos de produção e integração da Pilar, com a captura de todas as

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

sinergias – objetivando reconduzir a Companhia a patamares de margens mais elevadas – ainda está em curso, embora que já visível a melhora em relação ao 2T11.

Já as despesas operacionais totais atingiram R\$ 179,7 milhões no 3T11 (crescimento de 11,1% em relação ao 3T10), decorrente principalmente do crescimento do volume de vendas e da aquisição da Pilar (+6,5% ex-Pilar). Em relação ao 2T11 o aumento foi de 4,8% (+3,1% ex-Pilar). Em termos de despesas operacionais por tonelada o aumento foi de 2,9% no 3T11 em relação ao 3T10, decorrente principalmente do incremento nas ações de âmbito comercial e marketing, além de reajustes salariais em função de acordos coletivos. Mas, em comparação com o 2T11 ocorreu uma redução de 1,8% nas despesas operacionais por tonelada, fruto dos esforços de melhoria na eficiência operacional.

Os referidos esforços na gestão das despesas operacionais enquanto se expande as vendas possibilitaram, no 3T11, a diminuição de 1,8 p.p. da representatividade desta rubrica em relação ao total da Receita Líquida na comparação com o 3T10, contribuindo para atenuar o impacto observado do aumento dos custos operacionais na margem operacional do 3T11. Já em relação ao 2T11, essa redução foi de 0,8 p.p., o que se somou ao ganho de margem bruta obtido para ensejar uma expansão de margem operacional em 3T11 frente ao 2T11.

O conjunto das ações antes já mencionadas, a par de ainda não terem produzido todos os resultados esperados pela Companhia, já possibilitaram uma melhoria, neste 3T11, de 1,7 p.p. em nossa margem EBITDA consolidada em relação ao 2T11.

Em decorrência dos fatores apresentados anteriormente, o EBITDA alcançou R\$ 131,9 milhões no 3T11 – uma redução de 1,7% em relação ao 3T10, mas um crescimento de 20,8% em relação ao 2T11. Já o Lucro Líquido atingiu R\$ 88,9 milhões no 3T11, uma redução de 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior e um crescimento de 7,8% em relação ao 2T11.

A M. Dias Branco encerrou o 3T11 com uma Dívida Líquida de R\$ 235,9 milhões, uma redução de 18,7% em relação ao 2T11 e 0,3% em relação ao 3T10. No tocante a investimentos para suporte ao crescimento orgânico, a Companhia continua sua expansão de capacidade para atendimento tanto do aumento da demanda de produtos como da necessidade de matéria-prima para consumo interno (verticalização), destacando-se que o investimento total realizado no 3T11 atingiu R\$ 32 milhões, que representa 4,1% da Receita Líquida obtida no referido trimestre.

É importante mencionar que a Companhia prossegue com sua posição de liderança nos mercados nacionais de biscoitos e massas, registrando 24,5% e 24,3% de Market-share, em volume, de acordo com dados anunciados pela A.C. Nielsen relativos aos meses de julho e agosto de 2011.

A Administração, consciente do compromisso de maximização do valor da riqueza dos acionistas e dos desafios de transformar resultados passados em metas a serem ultrapassadas, segue atenta à seus objetivos de fortalecimento de sua liderança de mercado, honrando a destacada preferência dos consumidores a seus produtos e serviços, com a consequente ampliação das vendas e redução da representatividade de custos e despesas, mantendo, ainda, seus esforços na expansão mediante aquisições.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ACOMPANHAMENTO DO MERCADO DE *COMMODITIES*

A atividade econômica desenvolvida pela Companhia conta, em sua matriz de produção, com importantes insumos, tais como o trigo em grão e os óleos vegetais, além da farinha de trigo e gorduras adquiridos de terceiros para industrialização nas unidades dos Estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses insumos apresentam variações de preços decorrentes da dinâmica de oferta e demanda no mercado de commodities.

No entanto, é importante destacar que a Companhia possui um modelo de negócios, composto por um conjunto de instrumentos de gestão e de atuação no mercado que lhe possibilita obter, ao longo do tempo, pouca variação nos patamares de margem bruta mesmo diante de significativas e sucessivas variações nos preços de suas principais matérias-primas.

Alguns desses instrumentos são fundamentais para isto, tais como a força das marcas da M. Dias Branco, o seu modelo de distribuição, a estratégia de verticalização, a administração do repasse do aumento dos custos dos insumos para os preços dos produtos e a amplitude do portfólio de produtos.

A seguir, são apresentadas informações referentes ao cenário das principais matérias-primas utilizadas pela M. Dias Branco, além da evolução dos preços médios de aquisição dos referidos insumos praticados pela Companhia em relação aos preços médios de mercado.



TRIGO

Os preços do trigo iniciaram uma trajetória de queda a partir do final do primeiro semestre de 2011, fechando o 3T11 com uma cotação média mensal da ordem de USD 300 por tonelada, de acordo com dados publicados pelo “ Safras e Mercados”.

O cenário global indicando uma possibilidade de redução do nível de atividade econômica em várias e importantes economias do planeta contribuiu de forma decisiva para a expectativa de redução do consumo de trigo em importantes áreas (notadamente nos Estados Unidos e Rússia), de acordo com dados reportados pelo relatório mensal do USDA (United States Department of Agriculture) em outubro de 2011.

Por outro lado, a previsão de aumento da oferta de trigo em importantes áreas produtoras (especialmente no Cazaquistão e na Austrália) geraram uma expectativa de elevação dos estoques globais de trigo, que em consequência se refletiu em níveis mais baixos de preços da referida commodity em dólares durante o 3T11.

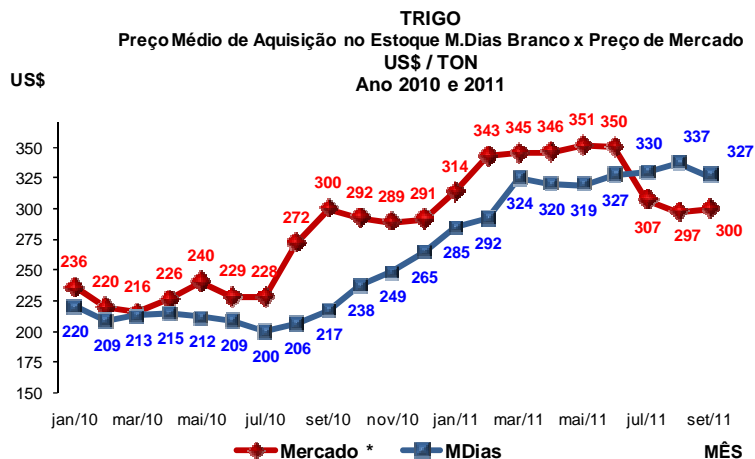
No entanto, é importante ressaltar que a partir de setembro de 2011 registrou-se uma elevação da taxa de câmbio no Brasil, que em consequência atenuou a dimensão da queda de preços do trigo em reais, inclusive trazendo os preços médios de mercado em reais para níveis praticamente idênticos aos nossos preços médios de aquisição da referida commodity.

Durante o 3T11, o preço médio de aquisição de trigo no estoque da Companhia (em USD) ficou 9,9% acima do preço médio de mercado no trimestre. Em função da expectativa de pouca variação nos atuais níveis de preço de trigo para os próximos períodos e à medida que o estoque existente for consumido na

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

fabricação de produtos, os preços médios de aquisição do trigo no estoque (em USD) da Companhia deverão atingir patamares mais baixos

Durante os 9M11, a Companhia manteve seu preço médio de aquisição no estoque inferior ao preço médio de aquisição do mercado, com uma economia média de 3,1%.



* Fonte: www.safras.com.br

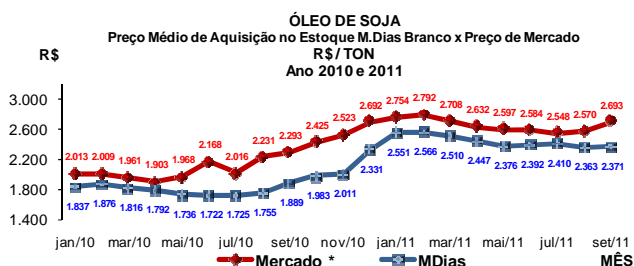
ÓLEOS VEGETAIS

As incertezas quanto ao quadro da economia global também continuam impactando os preços dos óleos vegetais.

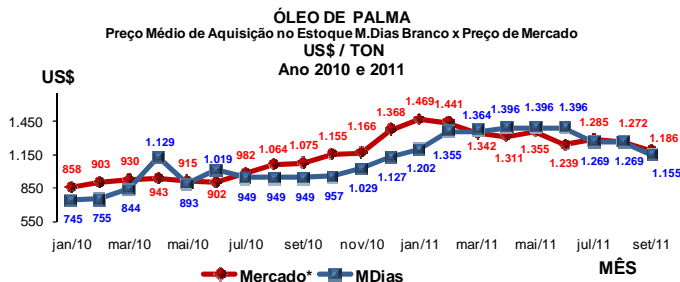
Assim como no trigo a visão de uma provável redução do nível de atividade econômica vêm contribuindo para expectativa de redução do consumo global de óleos de soja e palma, que associada a pouca variação no quadro de oferta destas commodities sugere a previsão de elevação dos seus respectivos estoques globais.

Assim, apesar da baixa relação estoque/consumo (6,6% para o óleo de soja e 8,0% para óleo de palma), desde abril de 2011, a perspectiva de elevação dos estoques globais e o direcionamento de fundos que operam em commodities para aplicações de menor risco, face às turbulências do mercado financeiro, têm contribuído para a redução nas cotações mensais em USD das referidas commodities. No entanto, é importante destacar que o aumento da taxa de câmbio a partir de setembro reduziu o impacto do recuo destas cotações em reais.

A Companhia obteve sucesso em sua estratégia de praticar preços médios de aquisição nos estoques inferiores aos preços de mercado, tendo obtido uma economia média no 3T11 de 8,5% com o óleo de soja e de 1,3% com o óleo de palma.



* Fonte: www.safras.com.br



* Fonte: Braincorp

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES OPERACIONAIS

A estrutura operacional da Companhia é composta pela M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, com sede no Estado do Ceará, e suas controladas, Adria Alimentos do Brasil Ltda., Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella) e NPAP Alimentos S.A. (Pilar). Ao final do 3T11, a controladora e as suas controladas Adria, Vitarella e Pilar contavam com 24 centros de distribuição e 12 unidades industriais, com ações de produção, comercialização e distribuição logística coordenadas de forma centralizada e integrada. As referidas unidades industriais estão localizadas nos Estados do Ceará (3), Rio Grande do Norte (1), Bahia (1), Paraíba (1), Pernambuco (2), São Paulo (3) e Rio Grande do Sul (1).

O processo de produção da Companhia é integrado e verticalizado, permitindo que parte substancial de suas duas principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) para a fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente. No 3T11, **62,5%** de toda a farinha de trigo e **63,1%** de toda a gordura vegetal utilizadas foram fabricadas internamente. É importante lembrar que a Companhia continua buscando aumentar o processo de verticalização, e os resultados apresentados ainda não contemplam a totalidade das sinergias com as controladas Vitarella e Pilar.

A capacidade total de produção cresceu ao longo do ano cerca de 8,0%, decorrentes da aquisição da Pilar, da ampliação da capacidade de produção da unidade de margarinas e gorduras localizada no Estado do Ceará, da aquisição de novas linhas de produção de biscoitos nas unidades de Salvador, Fortaleza e Jaboatão, e nova linha de produção de massas instantâneas na unidade de Salvador. Em relação ao nível de utilização da capacidade instalada, a Companhia atingiu 77,8% no 3T11, um acréscimo de 2,5 pontos percentuais em relação ao 3T10 (75,3%), bem como aumento de 1,1 ponto percentual frente ao 2T11. Nos 9M11, a Companhia utilizou 76,0% da capacidade de produção, um acréscimo de 1,3 pontos percentuais em relação aos 9M10.

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Total	
	3T11	3T10	3T11	3T10	3T11	3T10	3T11	3T10	3T11	3T10
Produção Total	113,6	94,3	67,5	60,1	253,7	232,6	22,2	18,5	457,0	405,5
Capacidade Total de Produção	133,6	120,5	105,8	95,6	302,8	302,8	45,0	19,5	587,2	538,4
Nível de Utilização da Capacidade	85,0%	78,3%	63,8%	62,9%	83,8%	76,8%	49,3%	94,9%	77,8%	75,3%

* Em mil toneladas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Total	
	3T11	2T11	3T11	2T11	3T11	2T11	3T11	2T11	3T11	2T11
Produção Total	113,6	106,7	67,5	73,3	253,7	246,8	22,2	21,3	457,0	448,1
Capacidade Total de Produção	133,6	132,6	105,8	103,8	302,8	302,8	45,0	45,0	587,2	584,2
Nível de Utilização da Capacidade	85,0%	80,5%	63,8%	70,6%	83,8%	81,5%	49,3%	47,3%	77,8%	76,7%

* Em mil toneladas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Total	
	9M11	9M10	9M11	9M10	9M11	9M10	9M11	9M10	9M11	9M10
Produção Total	316,2	282,0	202,9	184,8	743,4	685,5	62,8	54,9	1.325,3	1.207,2
Capacidade Total de Produção	392,7	361,5	307,9	286,8	908,4	908,4	135,0	58,5	1.744,0	1.615,2
Nível de Utilização da Capacidade	80,5%	78,0%	65,9%	64,4%	81,8%	75,5%	46,5%	93,8%	76,0%	74,7%

* Em mil toneladas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Quanto à estrutura de vendas, a Companhia continua com forte atuação no pequeno varejo, com 79,5% do total das vendas no 3T11 decorrentes da combinação de vendas diretas e vendas indiretas via atacadistas e distribuidores. As vendas para o seu maior cliente representaram apenas 6,9% da receita líquida de descontos no 3T11, o que demonstra que a Companhia possui uma base de clientes bastante pulverizada.

Mix de Clientes	3T11	3T10	Variação	9M11	9M10	Variação
Pequeno Varejo *	35,6%	37,6%	-2 p.p	35,7%	37,2%	-1,5 p.p
Atacado / Distribuidores	43,9%	42,2%	1,7 p.p	43,7%	43,2%	0,5 p.p
Grandes Redes	16,4%	16,1%	0,3 p.p	16,7%	15,6%	1,1 p.p
Indústria	3,6%	3,8%	-0,2 p.p	3,5%	3,8%	-0,3 p.p
Outros	0,5%	0,3%	0,2 p.p	0,4%	0,2%	0,2 p.p
TOTAL	100,0%	100,0%		100,0%	100,0%	

(*) Atendimento direto

Maiores Clientes		Vendas 3T11 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos		Vendas 9M11 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	63,5	6,9%	6,9%	158,5	6,3%	6,3%
49 Subsequentes	50	252,2	27,3%	34,2%	674,3	26,6%	32,9%
50 Subsequentes	100	75,3	8,1%	42,3%	208,9	8,2%	41,1%
900 Subsequentes	1.000	250,3	27,1%	69,4%	678,8	26,8%	67,9%
Demais Clientes	Todos clientes	282,7	30,6%	100,0%	813,6	32,1%	100,0%
TOTAL		924,0			2.534,1		

RESULTADOS DO PERÍODO

RECEITA BRUTA

A **receita bruta** consolidada no 3T11 atingiu **R\$ 928,5 milhões**, apresentando um incremento de **20,4%** frente ao 3T10, em virtude do crescimento do volume de vendas de biscoito e massas, decorrente do crescimento orgânico e da aquisição da Pilar (esta representando um incremento de 4,1%), além do reajuste de preços em todos os segmentos, que contribuiu com um incremento de 11,9%. Em relação ao 2T11, houve um acréscimo de **8,7%** na receita bruta do 3T11, influenciado pela evolução do volume de vendas de biscoitos, farinha e farelo, assim como o aumento em 2,0% no preço médio dos produtos.

Já nos **9M11**, a **receita bruta** totalizou **R\$ 2.546,5 milhões**, um **crescimento** de **19,1%** em relação aos R\$ 2.138,0 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, influenciado basicamente pelos mesmos motivos do 3º trimestre. Do percentual de incremento das vendas no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, 2,5% está representado pelas vendas da Pilar.

Linhas de Produto	3T11			3T10			Variações		
	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	520,7	114,8	4,54	432,9	103,7	4,17	20,3%	10,7%	8,9%
Massas	196,4	70,3	2,79	161,2	63,1	2,55	21,8%	11,4%	9,4%
Farinha e Farelo	172,9	166,3	1,04	148,6	162,5	0,91	16,4%	2,3%	14,3%
Margarinas e Gorduras	35,0	9,9	3,54	27,7	9,5	2,92	26,4%	4,2%	21,2%
Diversos	3,5	4,4	0,80	0,7	1,0	0,70	-	-	-
TOTAL	928,5	365,7	2,54	771,1	339,8	2,27	20,4%	7,6%	11,9%

* Receita Bruta em R\$ milhões, Peso em Toneladas Mil e o Preço Médio em R\$/Kg.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Linhas de Produto	3T11			2T11			Variações		
	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	520,7	114,8	4,54	473,2	108,2	4,37	10,0%	6,1%	3,9%
Massas	196,4	70,3	2,79	189,1	71,1	2,66	3,9%	-1,1%	4,9%
Farinha e Farelo	172,9	166,3	1,04	153,8	151,4	1,02	12,4%	9,8%	2,0%
Margarinas e Gorduras	35,0	9,9	3,54	35,2	10,5	3,35	-0,6%	-5,7%	5,7%
Diversos	3,5	4,4	0,80	3,0	1,4	2,14	-	-	-
TOTAL	928,5	365,7	2,54	854,3	342,6	2,49	8,7%	6,7%	2,0%

* Receita Bruta em R\$ milhões, Peso em Toneladas Mil e o Preço Médio em R\$/Kg.

Linhas de Produto	9M11			9M10			Variações		
	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	1405,4	317,5	4,43	1186,0	289,2	4,10	18,5%	9,8%	8,0%
Massas	552,9	203,3	2,72	470,0	185,5	2,53	17,6%	9,6%	7,5%
Farinha e Farelo	478,9	472,7	1,01	391,0	456,8	0,86	22,5%	3,5%	17,4%
Margarinas e Gorduras	101,2	29,9	3,38	87,0	29,4	2,96	16,3%	1,7%	14,2%
Diversos	8,1	7,9	1,03	4,0	6,2	0,65	-	-	-
TOTAL	2.546,5	1.031,3	2,47	2.138,0	967,1	2,21	19,1%	6,6%	11,8%

* Receita Bruta em R\$ milhões, Peso em Toneladas Mil e o Preço Médio em R\$/Kg.

RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Líquida** do **3T11** e dos **9M11** atingiu **R\$ 784,5** milhões e **R\$ 2.154,0** milhões, respectivamente, um acréscimo de **20,0%** do **3T11** frente ao 3T10 e um aumento de **19,0%** dos **9M11** frente aos 9M10, em função, principalmente, do reajuste de preços (11,3% no 3T11 e 11,6% nos 9M11), além da aquisição da Pilar. Desconsiderando os efeitos da aquisição da Pilar, o crescimento da **Receita Líquida** atingiu **15,2%** no 3T11 e **16,1%** nos 9M11.

Comparando o 3T11 com o 2T11, temos um aumento de 8,6% na receita líquida, em função do crescimento orgânico do volume de vendas em 7,4% e do preço médio em 1,4%.

Linhas de Produto	3T11			3T10			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	437,7	113,6	3,85	365,5	102,8	3,56	19,8%	10,5%	8,1%
Massas	160,4	70,2	2,28	132,3	62,3	2,12	21,2%	12,7%	7,5%
Farinha e Farelo	155,1	165,9	0,93	133,0	161,8	0,82	16,6%	2,5%	13,4%
Margarinas e Gorduras	27,8	9,8	2,84	22,5	9,3	2,42	23,6%	5,4%	17,4%
Diversos	3,5	4,4	0,80	0,6	0,9	0,67	-	-	-
TOTAL	784,5	363,9	2,16	653,9	337,1	1,94	20,0%	8,0%	11,3%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	3T11			2T11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	437,7	113,6	3,85	398,4	106,7	3,73	9,9%	6,5%	3,2%
Massas	160,4	70,2	2,28	154,8	69,2	2,24	3,6%	1,4%	1,8%
Farinha e Farelo	155,1	165,9	0,93	139,0	151,2	0,92	11,6%	9,7%	1,1%
Margarinas e Gorduras	27,8	9,8	2,84	27,7	10,3	2,69	0,4%	-4,9%	5,6%
Diversos	3,50	4,40	0,80	2,4	1,4	1,71	-	-	-
TOTAL	784,5	363,9	2,16	722,3	338,8	2,13	8,6%	7,4%	1,4%

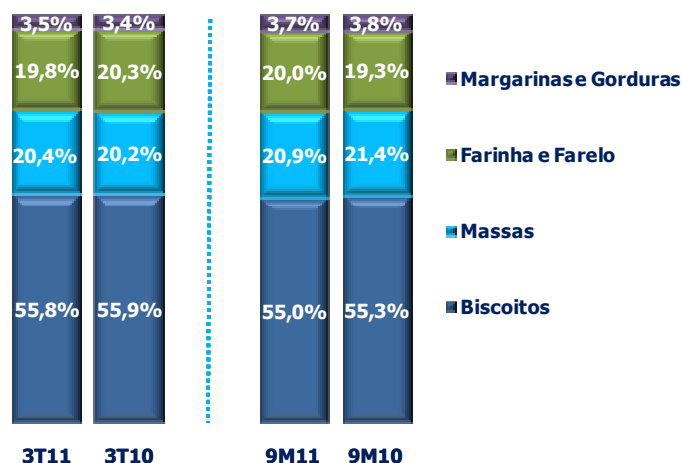
* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

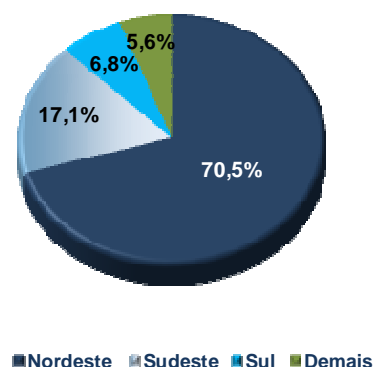
Linhas de Produto	9M11			9M10			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	1184,0	313,7	3,77	1000,5	286,4	3,49	18,3%	9,5%	8,0%
Massas	451,0	200,4	2,25	387,6	182,3	2,13	16,4%	9,9%	5,6%
Farinha e Farelo	431,3	471,6	0,91	348,8	455,3	0,77	23,7%	3,6%	18,2%
Margarinas e Gorduras	80,2	29,5	2,72	69,0	28,6	2,41	16,2%	3,1%	12,9%
Diversos	7,5	7,9	0,95	4,0	6,2	0,65	-	-	-
TOTAL	2.154,0	1.023,1	2,11	1.809,9	958,8	1,89	19,0%	6,7%	11,6%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Composição da Receita Operacional Líquida



Vendas por Região - 9M11 (% da Receita Líquida de Descontos)



Nota: Os diversos representaram 0,5% e 0,4% da receita operacional líquida do 3T11 e nos 9M11, respectivamente.

BISCOITOS

A receita líquida de biscoitos atingiu o total de **R\$ 437,7 milhões** no **3T11**, um crescimento de **19,8%** em comparação ao 3T10. Tal crescimento é explicado pela combinação do aumento no **volume de vendas**, que somou **113,6 mil toneladas** no **3T11** em relação as 102,8 mil toneladas do 3T10 (uma evolução de **10,5%**) e do acréscimo no **preço médio líquido** de 8,1% entre os dois períodos, visto que foi repassado o aumento nos preços de aquisição dos principais insumos.

Além dos efeitos gerados pela aquisição da Pilar, o crescimento no volume de vendas ocorreu, principalmente, nos produtos das marcas Vitarella e Adria, e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Goiânia, em função de ações comerciais, e também da maior disponibilidade de biscoitos na unidade de Pernambuco, decorrente da implementação de novas linhas de produção e do aumento de turnos, com a finalidade de atender a demanda.

Comparado ao 2T11, houve uma evolução de 9,9% na receita líquida do 3T11, ocasionada pelo reajuste de preços em 3,2% e pelo aumento no volume de vendas em 6,5%.

A Companhia está otimista, investindo na ampliação da capacidade de produção, inovando e desenvolvendo produtos de acordo com as tendências de mercado. Nesse trimestre foram lançados produtos, com destaque para a linha Festa (Richester Tortinha beijinho e brigadeiro) e a linha Pani

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Fortaleza Cream Cracker fibras, gergelim e original), assim como foram realizadas campanhas e ações de marketing para fortalecimento de nossas marcas e divulgação dos novos produtos.

Nos **9M11**, a **receita líquida de biscoitos** alcançou **R\$ 1.184,0 milhões**, um aumento de **18,3%** em relação aos 9M10, decorrente da evolução de **9,5%** no **volume de vendas**, em função das mesmas razões apresentadas no trimestre.

Sem os efeitos da aquisição da Pilar, a **receita líquida** de biscoitos atingiu **R\$ 420,1 milhões** no **3T11** e **R\$ 1.155,0 milhões** nos **9M11**, representando um crescimento de **14,9%** e **15,4%**, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto ao volume de vendas, a Companhia apresentou um crescimento orgânico de **5,4%** no **3T11** e **6,4%** nos **9M11**, comparado ao mesmo período do ano anterior.

MASSAS

A **receita líquida de massas** totalizou **R\$ 160,4 milhões** no **3T11**, um **aumento** de **21,2%** em comparação aos R\$ 132,3 milhões no 3T10, decorrente da evolução de **12,7%** no volume de vendas, que passou de 62,3 mil toneladas no 3T10 para **70,2 mil toneladas no 3T11**, e do aumento de **7,5%** do preço médio. Além dos efeitos gerados pela aquisição da Pilar, o crescimento na receita líquida ocorreu, principalmente, nos produtos nos Estados de São Paulo, Pernambuco e Ceará, e nas massas comuns e instantâneas.

Quando comparado ao 2T11, verifica-se um aumento de 3,6% na receita líquida, em virtude do acréscimo de 1,8% no preço médio e de 1,4% no volume de vendas de massas.

É importante mencionar que apesar do mercado nacional de massas apresentar baixo crescimento, algumas categorias tiveram um bom desempenho. Diante deste cenário, a Companhia está investindo em inovações no portfólio de massas e buscando novas tendências de mercado.

No comparativo acumulado, a **receita líquida de massas** alcançou **R\$ 451,0 milhões**, um aumento de **16,4%** em relação aos 9M10, decorrente do aumento de **9,9%** no volume de vendas que atingiu **200,4 mil toneladas**, e de **5,6%** no **preço médio líquido** desta linha, conforme já destacado no comentário do trimestre.

Sem os efeitos da aquisição da Pilar, a **receita líquida** de massas atingiu **R\$ 148,3 milhões** no **3T11** e **R\$ 429,6 milhões** nos **9M11**, representando um crescimento de **12,1%** e **10,8%**, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto ao volume de vendas, a Companhia apresentou um crescimento orgânico de **1,9%** no **3T11** e **3,4%** nos **9M11**, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

FARINHA E FARELO DE TRIGO

A **receita líquida de farinha e farelo de trigo** foi de **R\$ 155,1 milhões** no **3T11**, um **aumento** de **16,6%** em comparação ao 3T10, explicado, essencialmente, pelo acréscimo de **13,4%** no **preço médio líquido**, passando de R\$ 0,82/Kg no 3T10 para **R\$ 0,93/Kg** no **3T11**, em função da necessidade de recuperação de margens face ao aumento no preço médio de aquisição do trigo, principal matéria prima desta linha.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com relação ao 2T11, constatou-se um aumento de 11,6% na receita líquida de farinha e farelo, em virtude do acréscimo de 1,1% no preço médio e de 9,7% no volume de vendas, mediante o reposicionamento de nossas marcas, ações comerciais em eventos e na internet voltados para a farinha doméstica, e também pelo aumento na demanda de farinha industrial.

Nos **9M11**, a **receita líquida de farinha e farelo de trigo** atingiu **R\$ 431,3 milhões**, um aumento de **23,7%** em relação aos 9M10, decorrente do aumento de **18,2%** no **preço médio líquido** desta linha, em virtude do aumento no preço médio de aquisição do trigo, e do crescimento de **3,6%** no volume de vendas que passou de 455,3 mil toneladas nos 9M10 para **471,6 mil toneladas** nos **9M11**.

MARGARINAS E GORDURAS

A **receita líquida de margarinas e gorduras** passou de R\$ 22,5 milhões no 3T10 para **R\$ 27,8 milhões** no **3T11**, o que representou uma **evolução** de **23,6%** no período, em virtude, principalmente, do aumento de **17,4%** no preço médio que passou de R\$ 2,42/Kg no 3T10 para **R\$ 2,84/Kg** no **3T11**, com objetivo de recuperar as margens em face ao aumento no preço médio de aquisição dos óleos vegetais.

Comparado ao 2T11, constatou-se um aumento de 0,4% na receita líquida de margarinas e gorduras, em virtude do acréscimo de 5,6% no preço médio e da queda de 4,9% no volume de vendas. A redução no volume de vendas justificou-se pelo reajuste de preços ocorrido no 3T11.

No comparativo acumulado, a **receita líquida de margarinas e gorduras** atingiu **R\$ 80,2 milhões** nos **9M11**, um aumento de **16,2%** em relação aos 9M10, decorrente do aumento de **12,9%** no preço médio desta linha, em função das razões apresentadas no trimestre. Vale destacar que o volume de vendas desta linha aumentou **5,4%** e **3,1%** no **3T11** e nos **9M11**, respectivamente.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS







Os **custos e despesas operacionais** totalizaram **R\$ 669,1 milhões** no **3T11**, o que representa um acréscimo de **25,5%** em comparação aos R\$ 533,0 milhões no 3T10. Nos **9M11**, os **custos e despesas operacionais** somaram **R\$ 1.845,9 milhões** frente aos R\$ 1.498,0 milhões registrados nos 9M10, um acréscimo de 23,2%. Sem os efeitos da aquisição da Pilar, os custos e despesas operacionais totalizariam **R\$ 639,5 milhões** no **3T11** e **R\$ 1.795,6 milhões** nos **9M11**, representando um acréscimo de **20,0%** e **19,9%**, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior. Os principais itens que levaram a este resultado estão detalhados nos quadros a seguir.

Custo dos Produtos Vendidos

Custos Operacionais (R\$ milhões)	3T11	% RL	3T10	% RL	AH% 3T10-3T11	2T11	% RL	AH% 2T11-3T11	9M11	% RL	9M10	% RL	AH% 9M10-9M11
Matéria Prima	354,2	45,1%	260,0	39,8%	36,2%	329,5	45,6%	7,5%	971,8	45,1%	730,4	40,4%	33,1%
Trigo	183,4	23,4%	133,8	20,5%	37,1%	168,7	23,4%	8,7%	506,3	23,5%	358,9	19,8%	41,1%
Óleo	41,6	5,3%	24,5	3,7%	69,8%	38,3	5,3%	8,6%	113,6	5,3%	70,0	3,9%	62,3%
Açúcar	25,2	3,2%	17,3	2,6%	45,7%	24,7	3,4%	2,0%	72,9	3,4%	54,7	3,0%	33,3%
Farinha de Terceiros	45,5	5,8%	31,4	4,8%	44,9%	38,2	5,3%	19,1%	113,2	5,3%	99,9	5,5%	13,3%
Gordura de Terceiros	16,2	2,1%	18,7	2,9%	-13,4%	20,1	2,8%	-19,4%	51,9	2,4%	52,7	2,9%	-1,5%
Outros insumos	42,3	5,4%	34,3	5,2%	23,3%	39,5	5,5%	7,1%	113,9	5,3%	94,2	5,2%	20,9%
Embalagens	55,5	7,1%	44,1	6,7%	25,9%	51,0	7,1%	8,8%	150,1	7,0%	122,4	6,8%	22,6%
Mão-de-obra	60,0	7,6%	46,2	7,1%	29,9%	55,5	7,7%	8,1%	163,0	7,6%	130,2	7,2%	25,2%
Gastos Gerais de Fabricação	39,3	5,0%	33,9	5,2%	15,9%	38,8	5,4%	1,3%	110,4	5,1%	94,5	5,2%	16,8%
Depreciação e Amortização	12,7	1,6%	10,1	1,5%	25,7%	12,3	1,7%	3,3%	36,8	1,7%	29,4	1,6%	25,2%
Diversos	-	0,0%	0,8	0,1%	-100,0%	2,5	0,3%	-100,0%	3,3	0,2%	3,2	0,2%	3,1%
Subvenções para investimentos	(32,3)	-4,1%	(23,8)	-3,6%	35,7%	(32,5)	-4,5%	-0,6%	(90,8)	-4,2%	(64,1)	-3,5%	41,7%
TOTAL	489,4	62,4%	371,3	56,8%	31,8%	457,1	63,3%	7,1%	1.344,6	62,4%	1.046,0	57,8%	28,5%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O volume de vendas líquido de devoluções aumentou **8,0%** no **3T11**, enquanto os **Custos Operacionais** (62,4% da Receita Líquida no 3T11 e de 56,8% da Receita Líquida no 3T10) evoluíram **31,8%**, em valores absolutos. Estas variações decorreram, principalmente, das seguintes razões:

-  O aumento do custo médio do trigo em 29,8%, decorrente da alta dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo no comparativo 3T11 e 3T10, conforme exposto no tópico de acompanhamento do mercado de *commodities*. No comparativo do 2T11 com o 3T11, o custo médio do trigo aumentou 3,0%.
-  O aumento do custo médio do óleo vegetal em 28,9%, em função da alta de preços praticada no mercado para aquisição de óleo de palma e soja, no período comparativo 3T11 x 3T10, conforme demonstrado anteriormente no acompanhamento do mercado de *commodities*. No comparativo do 2T11 com o 3T11, o custo médio do óleo vegetal caiu 7,6%.
-  A alta no custo do açúcar, em função do déficit mundial desta *commodity*, decorrente da quebra de safra de cana-de-açúcar do Centro-sul brasileiro na ordem de 10% a 15%, queda na oferta da produção indiana para o mercado externo e do aumento no consumo da China e Índia, contribuindo para a elevação da sua cotação no mercado internacional. No comparativo do 2T11 com o 3T11, o custo médio do açúcar caiu 2,4%.
-  O acréscimo no custo da mão-de-obra, em função de reajustes por acordos coletivos e da contratação de mão-de-obra para as novas linhas de produção.
-  O aumento com depreciação, em virtude, principalmente, da aquisição de máquinas e equipamentos para a ampliação da capacidade de produção da Companhia.
-  O aumento do valor recebido a título de subvenções para investimentos de estados onde temos plantas industriais apoiadas por programas estaduais de desenvolvimento, em virtude, principalmente, do aumento do valor de ICMS devido na aquisição do trigo (que é a base para o cálculo da subvenção), do aumento do valor da subvenção para investimento do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), concedido à unidade Vitarella, e da aquisição da Pilar, que também possui idêntica subvenção do PRODEPE.

No comparativo do 2T11 com **3T11**, a representação dos **Custos Operacionais** sobre a Receita Líquida reduziu de 63,3% no 2T11 para 62,4% no 3T11 (**-0,9 p.p.**).

Nos **9M11** observou-se um acréscimo de 28,5% nos custos operacionais em relação aos 9M10 (de R\$ 1.046,0 milhões para R\$ 1.344,6 milhões), influenciado basicamente pelos mesmos motivos do 3º trimestre.

Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	3T11	% RL	3T10	% RL	AH% 3T10-3T11	2T11	% RL	AH% 2T11-3T11	9M11	% RL	9M10	% RL	AH% 9M10-9M11
Vendas	136,3	17,4%	112,7	17,2%	20,9%	132,8	18,4%	2,6%	379,1	17,6%	333,4	18,3%	13,7%
Administrativas e gerais	32,8	4,2%	29,5	4,5%	11,2%	30,1	4,2%	9,0%	92,1	4,3%	79,3	4,4%	16,1%
Honorários da administração	2,1	0,3%	1,9	0,3%	10,5%	2,0	0,3%	5,0%	6,1	0,3%	5,6	0,3%	8,9%
Tributárias	3,9	0,5%	4,3	0,7%	-9,3%	3,8	0,5%	2,6%	11,4	0,5%	11,9	0,7%	-4,2%
Depreciação e amortização	3,8	0,5%	3,2	0,5%	18,8%	3,1	0,4%	22,6%	10,2	0,5%	9,4	0,5%	8,5%
Outras desp./(rec.) operac.	0,8	0,1%	10,1	1,5%	-92,1%	(0,4)	-0,1%	-300,0%	2,4	0,1%	12,4	0,7%	-80,6%
TOTAL	179,7	22,9%	161,7	24,7%	11,1%	171,4	23,7%	4,8%	501,3	23,3%	452,0	25,0%	10,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No **3T11**, as **despesas com vendas** apresentaram um aumento de **20,9%** em relação ao 3T10, em virtude do aumento dos gastos promocionais com o incremento das ações de *trade marketing* e publicidade e propaganda, das despesas com fretes e carretos, decorrente do crescimento do volume de vendas, dos gastos com verbas contratuais, e das despesas com pessoal, em decorrência de acordos coletivos. Excluindo os efeitos da aquisição da Pilar, as **despesas com vendas** apresentam um aumento de 16,5%. É importante destacar que ao longo desse trimestre, a Companhia concluiu os investimentos relevantes em campanhas de marketing e portanto não deverão ocorrer desembolsos na mesma proporção dos trimestres anteriores.. Em relação à receita líquida, as despesas com vendas representaram 17,2% no 3T10 e **17,4% no 3T11 (+0,2 p.p.)**. No comparativo do 2T11 com o 3T11, a representação das **despesas com vendas** sobre a Receita Líquida reduziu de 18,4% no 2T11 para 17,4% no 3T11 (**-1,0 p.p.**).

Nos **9M11**, as **despesas com vendas** atingiram **R\$ 379,1 milhões**, apresentando um acréscimo de **13,7%** em relação aos 9M10, influenciado, principalmente pelos mesmos motivos apresentados no aumento das despesas do terceiro trimestre, mas apresentando uma variação menor em função da provisão para redução de valor recuperável de clientes que diminuiu nos 9M11 em relação aos 9M10. Nos 9M10, as despesas com vendas representavam 18,3% da receita líquida e nos **9M11** essa representação atingiu **17,6% (-0,7 p.p.)**. Excluindo os efeitos da aquisição da Pilar, as **despesas com vendas** apresentaram um aumento de **11,3%** entre **9M11** e 9M10.

As **despesas administrativas** aumentaram **11,2%** no **3T11** em relação ao 3T10, e cresceram **16,1%** nos **9M11** comparado aos 9M10, influenciadas, principalmente, pela adição das despesas da Pilar no montante de R\$ 1,7 milhão no **3T11** e R\$ 2,9 milhões nos **9M11**; reajustes salariais e acordos coletivos no montante de R\$ 1,1 milhão no **3T11** e R\$ 4,1 milhões nos **9M11**; e gastos com serviços de assessoria e consultoria empresarial no montante de R\$ 0,9 milhão no 3T11 e R\$ 3,3 milhões nos 9M11. Excluindo os efeitos da aquisição da Pilar, as **despesas administrativas** apresentaram um aumento de **5,1% no 3T11** e **12,4%** nos **9M11** em relação aos mesmos períodos do ano anterior.. No comparativo do 2T11 com o 3T11, a representação das **despesas administrativas** sobre a Receita Líquida se manteve estável (**4,2%**).

Os **honorários da administração** passaram de R\$ 5,6 milhões nos 9M10 para **R\$ 6,1 milhões** nos **9M11**, em função do reajuste salarial da diretoria estatutária da Companhia.

As **outras despesas operacionais** totalizaram **R\$ 0,8 milhão** no **3T11**, decorrentes, principalmente do resultado da venda de avarias, varreduras e sucatas no montante de **R\$ 1,2 milhão** e de provisões para contingências no valor de **R\$ 2,0 milhões**. Nos **9M11**, as **outras despesas operacionais** totalizaram **R\$ 2,4 milhões**, decorrentes, principalmente, do recolhimento extraordinário de ICMS, no Estado da Paraíba, relativo aos períodos de maio/2005 a agosto/2007, no montante de **R\$ 3,8 milhões**; de provisões para contingências de **R\$ 2,0 milhões**; e débitos tributários com COFINS declarados no programa de parcelamento de tributos (REFIS 4), no montante de **R\$ 1,4 milhão**. Em contrapartida, a Companhia registrou nos **9M11 outras receitas operacionais** com a venda de ativo imobilizado, avarias, varreduras e sucatas, no valor de **R\$ 4,8 milhões**. Os saldos do 3T10 e 9M10 são oriundos, basicamente, do recolhimento de ICMS, no Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao exercício de 2006 a 2009 e do complemento de provisão para contingências trabalhistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADOS FINANCEIROS

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	3T11	3T10	AH% 3T10-3T11	2T11	AH% 2T11-3T11	9M11	9M10	AH% 9M10-9M11
Receitas Financeiras	6,9	8,5	-18,8%	11,9	-42,0%	26,9	31,8	-15,4%
Despesas Financeiras	(20,4)	(11,9)	71,4%	(12,4)	64,5%	(40,8)	(45,7)	-10,7%
TOTAL	(13,5)	(3,4)	297,1%	(0,5)	2600,0%	(13,9)	(13,9)	0,0%

Para melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, optou-se por evidenciar e analisar as receitas e despesas financeiras sem o efeito das variações cambiais do período, como demonstrado no quadro abaixo:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	3T11	3T10	AH% 3T10-3T11	2T11	AH% 2T11-3T11	9M11	9M10	AH% 9M10-9M11
Receitas Financeiras	5,4	4,8	12,5%	6,0	-10,0%	16,5	11,8	39,8%
Despesas Financeiras	(8,2)	(10,5)	-21,9%	(11,3)	-27,4%	(27,2)	(33,6)	-19,0%
Variações Cambiais	(10,7)	2,3	-565,2%	4,8	-322,9%	(3,2)	7,9	-140,5%
TOTAL	(13,5)	(3,4)	297,1%	(0,5)	2600,0%	(13,9)	(13,9)	0,0%

O aumento de **12,5%** observado nas **receitas financeiras** na comparação entre **3T11** e 3T10, assim como o crescimento de **39,8%** nos **9M11** em relação aos 9M10 foram ocasionados pela evolução das aplicações financeiras ao longo de 2011, resultando na maior rentabilidade financeira no período. As **despesas financeiras** reduziram **21,9%** no comparativo do **3T11** com 3T10, e diminuíram **19,0%** entre os **9M11** e 9M10, influenciadas, essencialmente, pela redução de 39,7% da dívida da Companhia com as parcelas do preço de aquisição da Vitarella e redução de juros sobre importações de R\$ 0,4 milhão no **3T11** e R\$ 1,7 milhão nos **9M11**.

As **variações cambiais** passaram de uma receita de R\$ 2,3 milhões no 3T10 para uma despesa de **R\$ 10,7 milhões** no **3T11**, e de uma receita de R\$ 7,9 milhões nos 9M10 para uma despesa de **R\$ 3,2 milhões** nos **9M11**, decorrente da desvalorização do Real em relação ao Dólar de 18,8% no 3T11, que incidiu sobre o passivo em dólar da Companhia. É importante esclarecer que a despesa com variação cambial registrada no 3T11 afetou o resultado, mas não afetou o caixa da Companhia, visto que o passivo em moeda estrangeira tem vencimento em 2012, e poderá ser revertido caso ocorra valorização do Real em relação ao Dólar.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	3T11	3T10	AH% 3T10-3T11	9M11	9M10	AH% 9M10-9M11
IRPJ e CSLL	21,8	25,2	-13,5%	64,4	72,8	-11,5%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(8,8)	(9,5)	-7,4%	(23,8)	(25,3)	-5,9%
Efeito do RTT no Incentivo fiscal de períodos anteriores	-	6,2	-	-	4,0	-
TOTAL	13,0	21,9	-40,6%	40,6	51,5	-21,2%

O **decréscimo** de **13,5%** no **imposto de renda e contribuição social** no **3T11** em relação ao 3T10, e a redução de **11,5%** entre os **9M11** e 9M10 foram decorrentes da redução da base de cálculo dos tributos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O valor dos **incentivos fiscais sobre o imposto de renda (IRPJ)**, apresentou uma queda de **7,4%** e **5,9%** em **3T11** e **9M11**, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior, em função da redução da base de cálculo do imposto devido e do término da vigência dessa subvenção na unidade industrial instalada no Estado do Rio Grande do Norte (RN). É importante ressaltar que a Companhia está ultimando novo pleito a fim de comprovar a realização de investimentos na modernização dessa unidade, o qual será apresentado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, oportunamente. Adicionalmente foi realizado um pleito de incentivo escalonado junto ao órgão competente no sentido de conseguir um incremento no incentivo até que o projeto de modernização esteja concluído.

Importante salientar que a partir de janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, tal procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio que passou a ser realizada nos termos do RTT - Regime Tributário de Transição, previsto na Lei nº 11.941/09. Assim, a Companhia, por força de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/09) - vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. Desde janeiro de 2010, a Companhia vem registrando na despesa de IRPJ e CSLL, por trimestre, o valor equivalente a R\$3,6 milhões, a esse título.

LUCRO LÍQUIDO

O **lucro líquido** da Companhia passou de R\$ 95,6 milhões no 3T10 para **R\$ 88,9 milhões** no **3T11**, uma redução de **7,0%**, passou de R\$ 246,5 milhões nos 9M10 para **R\$ 253,6 milhões** nos **9M11**, um **acréscimo de 2,9%**, e na comparação entre 2T11 e 3T11, o lucro líquido **creceu 7,8%**, em face dos motivos já apresentados ao longo deste *release*. Excluindo os efeitos da Pilar no período, o lucro líquido da Companhia é de **R\$ 87,4 milhões** no **3T11** e de **R\$ 253,5 milhões** nos **9M11**.

EBITDA

EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	3T11	3T10	Variação	2T11	Variação	9M11	9M10	Variação
Lucro Líquido	88,9	95,6	-7,0%	82,5	7,8%	253,6	246,5	2,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	21,8	25,2	-13,5%	19,3	13,0%	64,4	72,8	-11,5%
Incentivo de IRPJ	(8,8)	(3,3)	166,7%	(8,5)	3,5%	(23,8)	(21,3)	11,7%
Receitas Financeiras	(6,9)	(8,5)	-18,8%	(11,9)	-42,0%	(26,9)	(31,8)	-15,4%
Despesas Financeiras	20,4	11,9	71,4%	12,4	64,5%	40,8	45,7	-10,7%
Depreciação e Amortização sobre CPV	12,7	10,1	25,7%	12,3	3,3%	36,8	29,4	25,2%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	3,8	3,2	18,8%	3,1	22,6%	10,2	9,4	8,5%
EBITDA	131,9	134,2	-1,7%	109,2	20,8%	355,1	350,7	1,3%
Margem EBITDA	16,8%	20,5%	-3,7 p.p	15,1%	1,7 p.p	16,5%	19,4%	-2,9 p.p

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA A PARTIR DA RECEITA BRUTA:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	3T11	3T10	Variação	2T11	Variação	9M11	9M10	Variação
Receita Bruta	928,5	771,1	20,4%	854,3	8,7%	2.546,5	2.138,0	19,1%
Impostos e deduções sobre vendas	(144,0)	(117,2)	22,9%	(132,0)	9,1%	(392,5)	(328,1)	19,6%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(489,4)	(371,3)	31,8%	(457,1)	7,1%	(1.344,6)	(1.046,0)	28,5%
Depreciação e Amortização sobre CPV	12,7	10,1	25,7%	12,3	3,3%	36,8	29,4	25,2%
Despesas Operacionais	(179,7)	(161,7)	11,1%	(171,4)	4,8%	(501,3)	(452,0)	10,9%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	3,8	3,2	18,8%	3,1	22,6%	10,2	9,4	8,5%
EBITDA	131,9	134,2	-1,7%	109,2	20,8%	355,1	350,7	1,3%
Margem EBITDA	16,8%	20,5%	-3,7 p.p	15,1%	1,7 p.p	16,5%	19,4%	-2,9 p.p

O **EBITDA** da Companhia totalizou **R\$ 131,9 milhões no 3T11**, um **decréscimo de 1,7%** frente ao 3T10, e no comparativo do **3T11 com 2T11**, apresentou um **crescimento de 20,8%**. A **margem EBITDA** representou **16,8%** da Receita Líquida no **3T11** contra **20,5%** no 3T10 (**-3,7 p.p.**), porém foi **1,7 p.p.** maior que a do 2T11. Excluindo os efeitos da Pilar no período, o EBITDA da Companhia atinge R\$ 129,9 milhões no **3T11** e R\$ 352,1 milhões nos **9M11**, e margem EBITDA de 17,2% no 3T11 e 16,8% nos 9M11.

DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	30/09/2011	30/09/2010	Variação
Curto Prazo	118,2	163,4	-27,7%
Longo Prazo	263,1	231,7	13,6%
Endividamento Total	381,3	395,1	-3,5%
(-) Caixa *	(145,4)	(158,5)	-8,3%
(=) Dívida Líquida	235,9	236,6	-0,3%
(+) Patrimônio Líquido	1.980,4	1.708,9	15,9%
Capitalização	2.361,7	2.104,0	12,2%

* Inclui Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários de curto e longo prazo

Indicadores Financeiros	30/09/2011	30/09/2010	Variação
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	0,5	0,5	0,0%
Dívida Líquida / PL	11,9%	13,8%	-1,9 p.p
Endividamento / Ativo Total	14,1%	16,6%	-2,5 p.p

A Companhia encerrou o **3T11** com um endividamento bruto de **R\$ 381,3 milhões**, 3,5% menor do que os R\$ 395,1 milhões registrados no 3T10 e 8,7% menor do que os R\$ 417,7 milhões registrados no 2T11. Com relação ao grau de alavancagem financeira, representado pela **relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido**, o indicador ao final do **3T11** foi de **11,9%** contra 13,8% no 3T10.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

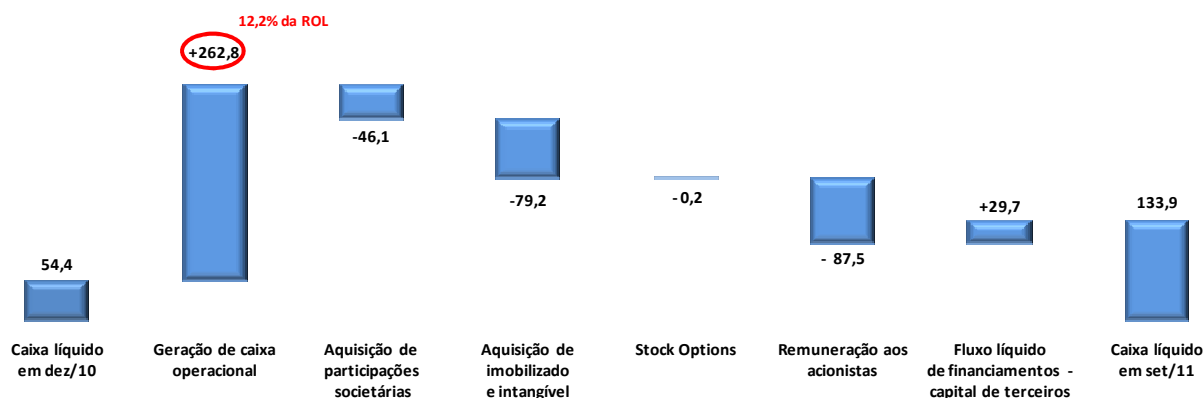
Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	30/09/2011	AV%	30/09/2010	AV%	AH%
Moeda Nacional			306,8	80,5%	347,8	88,0%	-11,8%
BNDES - FINAME	TJLP	1,71% (2,03% em 30.09.10)	10,3	2,7%	21,7	5,5%	-52,5%
BNDES - PSI	R\$	4,76% (4,50% em 30.09.10)	73,3	19,2%	37,9	9,6%	93,4%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	17,4	4,6%	16,9	4,3%	3,0%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	4,0	1,0%	2,8	0,7%	42,9%
Financ. BNB-FNE		10,00%	79,2	20,8%	100,5	25,4%	-21,2%
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03%	1,7	0,4%	3,0	0,8%	-43,3%
Financ. BNB -FNE-Capital de Giro		10,00%	-	0,0%	1,7	0,4%	-100,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	TJLP	2,49%	0,6	0,2%	0,8	0,2%	-25,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Tx Variável	2,49%	0,2	0,1%	0,3	0,1%	-33,3%
Instrumento de Cessão de Quotas da Vitarella	100% CDI	-	97,8	25,6%	162,2	41,1%	-39,7%
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	22,3	5,8%	-	0,0%	0,0%
Moeda Estrangeira			74,5	19,5%	47,3	12,0%	57,5%
Financ. de importação insumos	USD	1,53% (4,26% em 30.09.10)	70,0	18,4%	42,4	10,7%	65,1%
Financ. de Máquinas e Equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%(Libor* + 2,11% em 30.09.10)	4,5	1,3%	4,9	1,2%	-8,2%
TOTAL			381,3	100,0%	395,1	100,0%	-3,5%

* Taxa de Juros em 30/09/2011, exceto quando especificada outra data.

A Companhia opta por não realizar o *hedge* do preço de seus principais insumos, em função da sua capacidade de armazenamento, acompanhamento do mercado e planejamento de compras. A Companhia possui passivos indexados a moeda estrangeira (dólar em sua maior parte), decorrentes principalmente da importação do trigo e óleo, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	30/09/2011	30/09/2010
Ativos (em USD milhões)	0,1	0,5
Passivos (em USD milhões)	40,2	27,9
SALDO	(40,1)	(27,4)

A Companhia registrou um aumento nas disponibilidades de **R\$ 79,5 milhões** nos **9M11**. O caixa gerado das atividades operacionais (R\$262,8) 8) foi substancialmente aplicado na aquisição de ativos permanentes (R\$79,2), aquisições de empresas (R\$46,1) e no pagamento de juros sobre o capital próprio (R\$87,5).



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**INVESTIMENTOS**

Investimentos (R\$ milhões)	3T11	3T10	Variação	9M11	9M10	Variação
Instalações	1,0	1,4	-28,6%	2,8	4,2	-33,3%
Máquinas e Equipamentos	23,8	15,7	51,6%	69,5	79,6	-12,7%
Obras Cíveis	4,9	2,8	75,0%	11,5	9,4	22,3%
Veículos	0,3	0,2	50,0%	1,1	1,8	-38,9%
Computadores e Periféricos	0,7	0,4	75,0%	1,5	2,7	-44,4%
Móveis e utensílios	1,1	0,3	266,7%	2,2	0,9	144,4%
Outros	0,2	0,8	-75,0%	2,4	3,4	-29,4%
Total	32,0	21,6	48,1%	91,0	102,0	-10,8%

Os **investimentos** totalizaram **R\$ 32,0 milhões no 3T11** em comparação aos R\$ 21,6 milhões investidos no 3T10. Os principais itens que compuseram os gastos com investimentos no **3T11** foram: (i) a aquisição, montagem e melhorias de linhas de biscoitos para as unidades industriais situadas no Estado da Bahia, Pernambuco e São Paulo, que juntas aumentarão a capacidade em 1.260 toneladas por mês; (ii) ampliação do sistema de armazenagem e mistura de farinha de trigo e montagem de novas linhas de massas na unidade industrial localizada no Rio Grande do Sul que, após a conclusão das montagens previstas para o início de 2012, aumentarão a capacidade em 2.320 toneladas por mês; (iii) construção de instalações mais adequadas para atender à expansão realizada em unidade industrial situada no Estado de Pernambuco; (iv) a ampliação e modernização da capacidade de moagem da unidade instalada no estado da Bahia que aumentará a capacidade de moagem em 550 toneladas por dia, com previsão de funcionamento para o início de 2012; (v) a ampliação da capacidade de ensacamento na unidade instalada no estado da Paraíba; (vi) instalação de sistema de armazenamento de gordura desodorizada na fábrica de margarinas e gorduras localizada no estado do Ceará; e (vii) aquisição de máquinas para substituição de linhas antigas na unidade de São Caetano do Sul. Nos **9M11**, os **investimentos** totalizaram **R\$ 91,0 milhões**, basicamente aplicados nos itens acima destacados.

Além dos investimentos demonstrados acima, merece destaque a aquisição da Pilar, realizada em 26 de abril de 2011, no valor de R\$ 69,9 milhões, tendo sido retido o valor R\$ 21,0 milhões como garantia do pagamento pelos vendedores das contingências exigidas.

Durante os **nove primeiros meses de 2011** foram investidos **R\$ 2,2 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos**.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Adria Alimentos do Brasil Ltda.; Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. – Vitarella; NPAP Alimentos S.A. – Pilar; Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas das Informações financeiras intermediárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Informações Financeiras sem os efeitos da aquisição da Pilar

Conforme já mencionado, a Companhia adquiriu o controle da Pilar em abril de 2011 e, portanto, os resultado ora divulgados contemplam os efeitos dessa aquisição. No sentido de possibilitar uma análise do crescimento orgânico da Companhia dos períodos, estamos apresentando a demonstração do resultado e a receita líquida por linha de produto sem os efeitos dessa aquisição.

Ao longo desse *release* foram feitos os devidos destaques sobre os efeitos dessa aquisição no resultado da Companhia, quando julgado relevante.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em R\$ milhões)	3T11	3T10	AH% 3T10-3T11	2T11	AH% 2T11-3T11	9M11	9M10	AH% 9M10-9M11
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	891,3	771,1	15,6%	828,5	7,6%	2.483,5	2.138,0	16,2%
Venda de Produtos ou Serviços	891,3	771,1	15,6%	828,5	7,6%	2.483,5	2.138,0	16,2%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(137,8)	(117,2)	17,6%	(127,9)	7,7%	(382,2)	(328,1)	16,5%
Imposto/deduções sobre vendas	(137,8)	(117,2)	17,6%	(127,9)	7,7%	(382,2)	(328,1)	16,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	753,5	653,9	15,2%	700,6	7,6%	2.101,3	1.809,9	16,1%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(467,2)	(371,3)	25,8%	(440,8)	6,0%	(1.306,1)	(1.046,0)	24,9%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	286,3	282,6	1,3%	259,8	10,2%	795,2	763,9	4,1%
DESPESAS OPERACIONAIS	(172,2)	(161,7)	6,5%	(167,0)	3,1%	(489,4)	(452,0)	8,3%
Vendas	(131,3)	(112,7)	16,5%	(129,7)	1,2%	(371,0)	(333,4)	11,3%
Administrativas e gerais	(31,0)	(29,5)	5,1%	(28,9)	7,3%	(89,1)	(79,3)	12,4%
Honorários da administração	(2,1)	(1,9)	10,5%	(2,0)	5,0%	(6,1)	(5,6)	8,9%
Despesas tributárias	(3,5)	(4,3)	-18,6%	(3,4)	2,9%	(10,6)	(11,9)	-10,9%
Despesas com depreciação e amortização	(3,5)	(3,2)	9,4%	(3,4)	3,6%	(10,2)	(9,4)	8,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(0,8)	(10,1)	-92,1%	0,4	-308,2%	(2,4)	(12,4)	-80,6%
RESULTADO OPERACIONAL - antes do Resultado Financeiro	114,1	120,9	-5,6%	92,8	23,0%	305,8	311,9	-2,0%
Receitas Financeiras	6,8	8,5	-20,0%	11,8	-42,4%	26,7	31,8	-16,0%
Despesas Financeiras	(20,4)	(11,9)	71,4%	(10,0)	104,0%	(38,4)	(45,7)	-16,0%
LUCRO (PREJÚIZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO	100,5	117,5	-14,5%	94,6	6,2%	294,1	298,0	-1,3%
Impostos de renda e contribuição social	(13,1)	(21,9)	-40,2%	(10,7)	22,4%	(40,6)	(51,5)	-21,2%
LUCRO LÍQUIDO	87,4	95,6	-8,6%	83,9	4,2%	253,5	246,5	2,8%

Linhas de Produto	3T11			3T10			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	420,1	108,3	3,88	365,5	102,8	3,56	14,9%	5,4%	9,0%
Massas	148,3	63,5	2,34	132,3	62,3	2,12	12,1%	1,9%	10,4%
Farinha e Farelo	154,2	164,6	0,94	133,0	161,8	0,82	15,9%	1,7%	14,6%
Margarinas e Gorduras	27,8	9,8	2,84	22,5	9,3	2,42	23,6%	5,4%	17,4%
Diversos	3,1	4,0	0,78	0,6	0,9	0,67	-	-	-
TOTAL	753,5	350,2	2,15	653,9	337,1	1,94	15,2%	3,9%	10,8%

* Receita Líquida sem Pilar em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	3T11			2T11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	420,1	108,3	3,88	387,0	103,1	3,75	8,6%	5,0%	3,5%
Massas	148,3	63,5	2,34	145,6	64,0	2,28	1,9%	-0,8%	2,6%
Farinha e Farelo	154,2	164,6	0,94	138,1	150,1	0,92	11,7%	9,7%	2,2%
Margarinas e Gorduras	27,8	9,8	2,84	27,7	10,3	2,69	0,4%	-4,9%	5,6%
Diversos	3,10	4,00	0,78	2,2	1,0	-	-	-	-
TOTAL	753,5	350,2	2,15	700,6	328,5	2,13	7,6%	6,6%	0,9%

* Receita Líquida sem Pilar em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

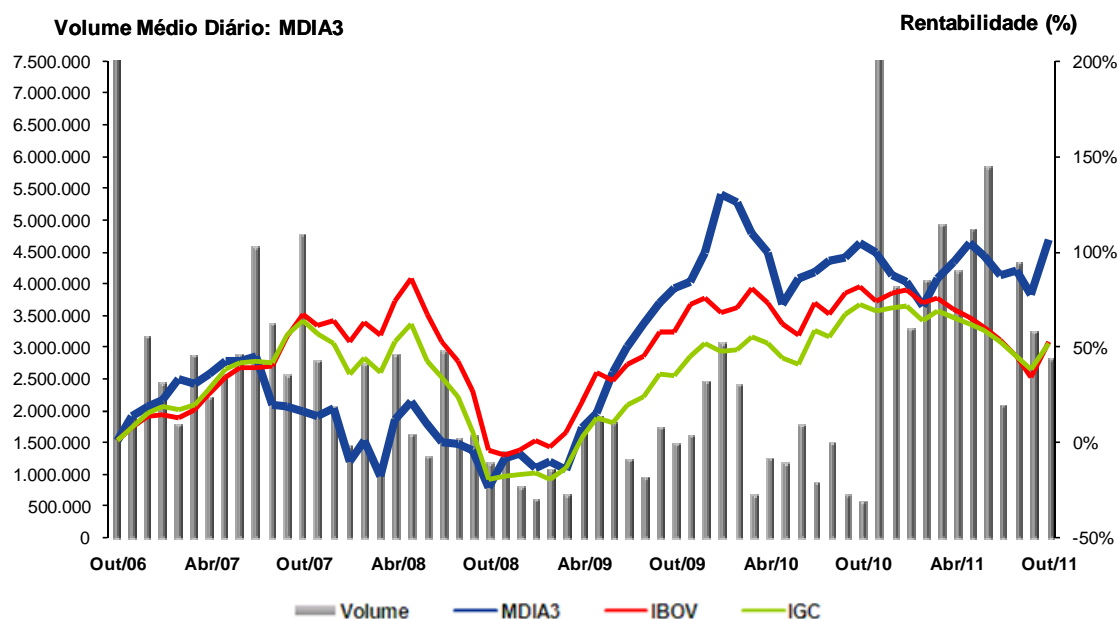
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (IPO) a 28 de outubro de 2011 é demonstrado no gráfico abaixo. Em 28 de outubro de 2011, as ações **MDIA3** estavam cotadas em **R\$ 43,35**, representando um **valor de mercado de R\$ 4,92 bilhões**. A **média do volume diário** negociado neste período foi de **R\$ 2,7 milhões**. O Ibovespa fechou aos 59.513 pontos e o IGC em 6.794 pontos em 28 de outubro de 2011.

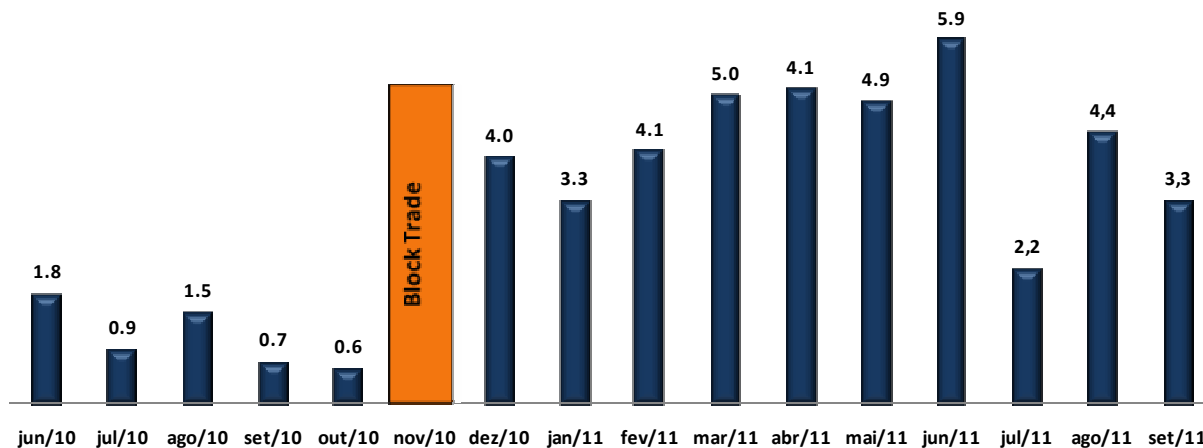
MDIA3 X IBOV X IGC

18/10/2006 a 28/10/2011



Vale ressaltar a elevação do volume médio diário negociado de MDIA3 após a operação de *Block Trade* realizada em novembro de 2010. Considerando o período de cinco meses anteriores e dez meses posteriores a novembro de 2010, constatamos que a média mensal do volume diário negociado evoluiu de R\$ 1,1 milhão para R\$ 4,2 milhões, registrando um crescimento de 284%, conforme apresentado no gráfico a seguir.

MDIA3 - Média mensal do volume diário negociado (R\$ milhões)



Obs: O volume médio diário negociado em novembro de 2010 foi R\$ 23,2 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de julho de 2011, o conselho aprovou, por unanimidade, as Informações Trimestrais – ITR relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2011. Decidiu, também, convocar Assembleia Geral Extraordinária para tratar acerca das alterações que necessitam ser realizadas no Estatuto Social da Companhia após mudanças promovidas no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e deliberar acerca da aquisição da NPAP Alimentos S.A. – Pilar, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a aquisição da NPAP Alimentos S.A. – Pilar em 10 de agosto de 2011, sem restrições.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2011, por unanimidade dos acionistas presentes, foram aprovadas as alterações no Estatuto Social da Companhia e a compra, através da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda, da totalidade das ações do capital social da NPAP Alimentos S.A., indústria de massas e biscoitos com sede e foro no Município de Recife, Estado de Pernambuco, fabricante dos produtos da marca “Pilar”.

AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes que, contratada desde 2006, não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951 e sua sede está situada no endereço Rodovia BR 116 KM 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atuando, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas.

O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos — em que os clientes são atendidos por força de venda própria — e canais indiretos — as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores.

A Companhia possui seis unidades de produção situadas em quatro Estados da Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia), nas quais operam quatro moinhos de trigo, quatro fábricas de massas alimentícias, duas fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia também possui seis unidades destinadas a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, as quais estão localizadas nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Sergipe, Pará, e no Distrito Federal.

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operações integradas com a estrutura de produção, comercialização e distribuição das seguintes controladas:

- a. Adria Alimentos do Brasil Ltda. (“Adria”) — 99,9999% de participação no capital total — adquirida em 22 de setembro de 2003, possui quatro unidades de produção, sendo três no Estado de São Paulo e uma no Estado do Rio Grande do Sul, nas quais funcionam duas fábricas de biscoitos e três fábricas de massas alimentícias. Esse complexo é integrado a três outras unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de seus produtos, situadas nos Estados do Paraná, do Rio de Janeiro e no Distrito Federal;
- b. Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda. (“Vitarella”) — 99,9996% de participação no capital total — adquirida em 7 de abril de 2008, possui uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a três unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte; e
- c. NPAP Alimentos S.A. (“Pilar”) — 99,9996% de participação indireta no capital total — adquirida em 26 de abril de 2011, conforme mencionado a seguir, possui uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a uma unidade destinada a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situada no Estado da Bahia.

Notas Explicativas

A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso e Pilar.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Combinação de negócios – aquisição da NPAP Alimentos S.A. (“Pilar”)

Em 26 de abril de 2011, a Companhia celebrou, por meio da sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda - Vitarella, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de NPAP Alimentos S.A., empresa detentora da marca Pilar, que industrializa e comercializa biscoitos e massas e está sediada no município do Recife – PE.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 69.922, sendo (i) R\$ 45.072 pagos à vista, (ii) R\$ 3.850 a serem pagos em 90 (noventa) dias, reduzidos dos valores necessários à constituição de provisão para perda do valor recuperável de contas a receber, e (iii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 21.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das possíveis contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida após a data da celebração daquele contrato.

A empresa adquirida auferiu Receita Líquida de R\$ 107,5 milhões no ano de 2010, sendo 56% deste total referente a biscoitos e 44% a massas. A capacidade de produção anual atual é de 30 mil toneladas para biscoitos e 41 mil toneladas para massas. Com esta aquisição a liderança do mercado nacional do Grupo M. Dias no Brasil passou, em volume, para 24,5% no mercado de biscoitos e para 24,3% no mercado de massas alimentícias (Ac Nielsen, Jul-Ago 2011).

A operação está inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos, além de agregar valor pelo ganho decorrente da verticalização, fortalecendo sua atuação no Nordeste do Brasil.

No sentido de apurar o custo de aquisição na combinação de negócio, bem como o ágio pago na operação, nos termos da Deliberação CVM nº 580/09, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, à data de aquisição. O laudo de avaliação apresentou o seguinte resultado de alocação do preço de aquisição:

	R\$
Preço de aquisição	69.922
Valor justo dos ativos e passivos	(14.422)
Preço de aquisição excedente	<u>55.500</u>
Ativos intangíveis indetectáveis	<u>(35.818)</u>
Marca Pilar	33.815
Força de trabalho	2.003
Ágio (excluindo Força de Trabalho)	<u>19.682</u>

O ativo intangível “Força de Trabalho”, embora estimado no processo de análise não pode ser

Notas Explicativas

reconhecido como um ativo separado do ágio da transação. Assim, o valor do ágio que representa expectativa de rentabilidade futura é R\$ 21.685.

Os ativos indetectáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:

	Acervo líquido adquirido em 26.04.11	Ajustes ao valor justo		Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	232	-		232
Contas a receber	20.553	-		20.553
Estoques	5.392	-		5.392
Impostos a recuperar	77	-		77
Adiantamento a fornecedores	93	-		93
Outras contas a receber	1.351	-		1.351
Despesas antecipadas	<u>70</u>	<u>-</u>		<u>70</u>
Total do ativo circulante	<u>27.768</u>	<u>-</u>		<u>27.768</u>
Ativo não circulante				
Ativo realizável a longo prazo	4.162	-		4.162
Investimentos	119	-		119
Imobilizado	53.286	(15.415) (a)		37.871
Intangível	156	55.500 (b)		55.656
Total do ativo não circulante	<u>57.723</u>	<u>-</u>		<u>97.808</u>
Total do ativo	<u>85.491</u>	<u>-</u>		<u>125.576</u>
Passivo circulante				
Fornecedores	7.488	-		7.488
Financiamentos e empréstimos	11.704	-		11.704
Obrigações sociais e trabalhistas	2.518	-		2.518
Impostos e contribuições	644	-		644
Adiantamento de clientes	738	-		738
Contas a pagar	<u>5.851</u>	<u>-</u>		<u>5.851</u>
Total do passivo circulante	<u>28.943</u>	<u>-</u>		<u>28.943</u>
Passivo não circulante				
Financiamentos e empréstimos	7.488	-		7.488
Impostos e contribuições	11.705	-		11.705
Provisão para contingências	<u>2.518</u>	<u>-</u>		<u>2.518</u>
Total do passivo não circulante	<u>21.711</u>	<u>-</u>		<u>21.711</u>
Patrimônio líquido	<u>29.837</u>	<u>40.085</u> (c)		<u>69.922</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>80.491</u>	<u>-</u>		<u>120.576</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação.
- (b) Refere-se ao valor do ativo Marca “Pilar” e ágio pago por rentabilidade futura.
- (c) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a) e (b) no patrimônio líquido.

Importante salientar que a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor da NPAP. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

A parcela do ágio que será dedutível para fins fiscais é R\$21.685 e está representado pelo valor pago por expectativa de rentabilidade futura, pautada em benefícios futuros esperados com a sinergia proporcionada pela o aumento da verticalização do Grupo, tendo em vista que seu processo de produção é integrado e permite que parte substancial das principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) utilizadas na fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente.

Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01.01.11, a Administração estima que a receita líquida consolidada teria sido de aproximadamente R\$ 2.187.780, enquanto que o lucro líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 teria sido de aproximadamente R\$241.118. Esses valores estimados foram determinados a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da empresa. Estas informações estimadas em relação à empresa adquirida não foram auditadas por auditores independentes antes da combinação de negócios.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 10 de agosto de 2011 e foi submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme mencionada em Nota Explicativa nº 34.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com a International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Notas Explicativas

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o BR GAAP, apresentam práticas contábeis que diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras intermediárias separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Além disso, a Companhia optou pela manutenção do ativo diferido nas informações financeiras intermediárias individuais, conforme facultado pelos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. Dessa forma, há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações financeiras intermediárias individuais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Lucro Líquido</u>	
	30/09/11	30/09/10
Controladora	250.707	242.864
Amortização do ativo diferido	3.994	5.027
Impostos diferidos	(1.356)	(1.709)
Complemento de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	<u>346</u>	<u>346</u>
Amortização do ativo diferido	524	524
Impostos diferidos	<u>(178)</u>	<u>(178)</u>
Consolidado	<u>253.691</u>	<u>246.528</u>

¹ Efeito da baixa do ativo diferido nas controladas.

	<u>Patrimônio Líquido</u>	
	30/09/11	31/12/10
Controladora	1.983.728	1.766.801
Efeito da baixa do saldo do ativo diferido	(5.004)	(9.522)
Imposto de Renda Diferido	<u>1.704</u>	<u>3.238</u>
Consolidado	<u>1.980.428</u>	<u>1.760.517</u>

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2011.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras intermediárias trimestrais foi dada pela diretoria em reunião realizada em 24 de outubro de 2011.

b. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Notas Explicativas

c. Moeda funcional

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Estimativas de julgamento

A preparação de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as IFRS e os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos trimestres em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, Imposto de Renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

a. Consolidação

i. Controladas e controlada em conjunto

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das informações financeiras intermediárias é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é

Notas Explicativas

contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

ii. Empresas incluídas nas informações financeiras consolidadas:

	Porcentagem de participação			
	30/09/11		31/12/10	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	99,9999	-	99,9999	-
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (c)	98,33	1,66	98,33	1,66
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	99,9996	-	99,9996	-
NPAP Alimentos S.A.	-	99,9996	-	-

(a) Investimento com controle compartilhado.

(b) Investimentos no exterior.

(c) Investimentos no exterior em fase pré-operacional.

Características principais das entidades controladas incluídas na consolidação

Adria Alimentos do Brasil Ltda.

A Adria Alimentos do Brasil Ltda. iniciou suas atividades em 8 de agosto de 1957 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macedo S.A. e Grande Moinho Cearense S.A., dois concorrentes no segmento de moagem de trigo, e a própria Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran. A Empresa encarrega-se da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos na descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios.

M. Dias Branco International Trading LLC

A M. Dias Branco International Trading LLC, sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.

A M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para

Notas Explicativas

moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco Argentina S.A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, Argentina, com os objetivos principais de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Criada com o intuito de reduzir o custo da Companhia com a compra do trigo em grão e da farinha de trigo, a mencionada sociedade até o momento não iniciou suas atividades.

Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella)

A Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. iniciou suas atividades em 1993 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

NPAP Alimentos S.A. (Pilar)

NPAP Alimentos S.A., iniciou suas atividades em 1875 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

b. Combinação de negócios e ágio

Para aquisições efetuadas desde 1º de janeiro de 2009, a Companhia tem como prática mensurar o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Para cada combinação de negócios, a Companhia escolherá se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é testado anualmente para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável e sempre que houver uma indicação de que a unidade geradora de caixa poderá estar desvalorizada.

c. Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a

Notas Explicativas

perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

ii. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. As receitas e despesas de operações no exterior, são convertidas em Real [moeda funcional] às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pelo Grupo do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Financeiras, tais diferenças têm sido reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

d. *Instrumentos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros

O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros são, inicialmente, registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição, quando aplicáveis, e podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados:

- (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.
- (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo têm a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos

Notas Explicativas

como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

- (iii) Empréstimos e recebíveis: que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.
- (iv) Ativos financeiros disponíveis para a venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Passivos financeiros

O Grupo têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo no encerramento do exercício.

Instrumentos próprios de capital que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados relativos à compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor da transação é reconhecida em outras reservas de lucro.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente

Notas Explicativas

é contabilizada contra a receita bruta no resultado, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

A provisão para redução do valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Investimentos

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, os investimentos em controladas e controladas em conjunto que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável.

h. Ativo imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 — Imobilizado — e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Notas Explicativas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

i. Ativos intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis do Grupo compreendem:

- (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida – *softwares que* são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período, na rubrica “Depreciações e amortizações”.
- (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável.

O custo do ágio apurado nas combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009 está reconhecido por seu valor contábil, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

j. Diferido

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, o Grupo decidiu manter o saldo do ativo diferido até sua completa amortização. Esses ativos estão demonstrados pelos gastos incorridos, deduzido da amortização acumulada, calculada com base no método linear à taxa de 20% ao ano.

k. Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são

Notas Explicativas

identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo (inclusive para os ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura), os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

l. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável e relevante os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

m. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando o Grupo espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

n. Benefícios a empregados

O Grupo concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a

Notas Explicativas

obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de gratificação com base em ações, liquidados com as ações da Companhia, segundo os quais esta recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O custo de transações com executivos liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado, conhecido como *Black & Scholes*. As variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a vida média ponderada dos instrumentos e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia aos executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o exercício no qual o direito é adquirido, após o atendimento das condições específicas. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

A Companhia lançou um único Programa de Opções, cujo prazo de exercício expirou em 31 de dezembro de 2010.

p. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

q. Pagamentos de arrendamentos

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

O Grupo possui exclusivamente contratos de arrendamento operacional, cujos pagamentos efetuados são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

r. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor

Notas Explicativas

justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

s. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

t. *Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e diferidos*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do período, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em que os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais do imposto de renda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº - 21 Subvenções governamentais.

i. *Correntes*

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Notas Explicativas

ii. Diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Os montantes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 18.

Conforme dispunha o artigo 15 da MP nº 449/08 (atual art. 15 da Lei nº 11.941/09), o Grupo optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

u. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

v. Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da empresa para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da empresa na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com quatro linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Notas Explicativas

Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

w. *Demonstrações de valor adicionado*

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

x. *Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor*

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o trimestre encerrado em 30 setembro de 2011, sendo essas:

- Modificações ao IAS 32 Classificação de Direitos
- Modificações ao IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações
- Modificações ao IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo
- Revisões 2010 das IFRS

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas informações financeiras intermediárias, contudo, a Administração não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial.

5 Caixa e equivalentes a caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos	17.890	17.169	26.992	21.929
Aplicações financeiras em renda fixa	95.572	25.249	106.915	32.443
	<u>113.462</u>	<u>42.418</u>	<u>133.907</u>	<u>54.372</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 101,26% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,99% em 31 de dezembro 2010) e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

6 Contas a receber de clientes

Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Circulante:				
No país	160.273	144.302	356.269	271.311
No exterior	-	-	942	1.264
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(5.418)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(15.158)</u>	<u>(13.091)</u>
Total	<u>154.855</u>	<u>137.618</u>	<u>342.053</u>	<u>259.484</u>

Composição

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
A vencer	<u>149.350</u>	<u>123.046</u>	<u>320.605</u>	<u>234.043</u>
Vencidas	<u>10.923</u>	<u>21.256</u>	<u>36.606</u>	<u>38.532</u>
1 a 60 dias	6.358	12.816	21.784	19.638
61 a 90 dias	17	202	495	1.730
91 a 180 dias	423	318	1.583	2.348
181 a 360 dias	556	1.098	1.155	2.824
mais de 360 dias	<u>3.569</u>	<u>6.822</u>	<u>11.589</u>	<u>11.992</u>
Subtotal	<u>160.273</u>	<u>144.302</u>	<u>357.211</u>	<u>272.575</u>
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(5.418)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(15.158)</u>	<u>(13.091)</u>
Contas a receber	<u>154.855</u>	<u>137.618</u>	<u>342.053</u>	<u>259.484</u>

A provisão para redução do valor recuperável é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para redução do valor recuperável foi como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>7.786</u>	<u>16.321</u>
Constituição de provisão	4.094	5.859
Reversões/ Baixas	<u>(5.196)</u>	<u>(9.089)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>6.684</u>	<u>13.091</u>
Constituição de provisão	1.699	5.802
Reversões / Baixas	<u>(2.965)</u>	<u>(3.735)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.418</u>	<u>15.158</u>

As contas classificadas no ativo circulante foram trazidas a valor presente em 30 de setembro de 2011 com base na taxa do Certificado de Depósito Interbancário. Contudo, tal avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2010, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento de 43 dias (38 dias aproximadamente para 31 de dezembro de 2010) da maioria dos créditos do Grupo. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

7 Estoques

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Produtos acabados	25.716	26.240	52.982	49.262
Produtos em elaboração	11.472	11.976	11.818	12.129
Matérias-primas	151.725	90.285	189.131	143.995
Materiais de embalagens e almoxarifado	33.407	31.002	56.524	50.073
Materiais auxiliares e de manutenção	5.443	5.348	7.300	7.649
Importações em andamento	245	1.376	295	1.391
	<u>228.008</u>	<u>166.227</u>	<u>318.050</u>	<u>264.499</u>

Notas Explicativas

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
ICMS	77.431	75.674	94.596	89.871
Imposto de renda e contribuição social	23.271	26.156	26.022	29.846
PIS e COFINS	9	-	2.910	3.059
Imposto de renda retido na fonte	1.011	219	1.072	253
Outros	4.671	4.288	5.031	4.507
Total	106.393	106.337	129.631	127.536
Circulante	(40.690)	(41.512)	(56.440)	(55.674)
Não circulante	65.703	64.825	73.191	71.862

Os impostos a recuperar têm a seguinte origem: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado e (b) créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), decorrente de pagamento a maior ou indevido; (iii) PIS e COFINS, crédito decorrente de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos; (iv) Imposto de Renda Retido na Fonte: crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras.

9 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Participações em companhias controladas	1.070.356	941.041	-	-
(-) Lucros não realizados em operações com controlada	(3.444)	(3.633)	-	-
Outros	89	89	140	127
	1.067.001	937.497	140	127

Notas Explicativas**b. Movimentação dos investimentos em controladas diretas**

	M.Dias Branco Argentina S.A.	Tergran- Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.	M.Dias Branco Internationa l Trading LLC	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda	Total
Saldos em 31 dezembro de 2009	<u>63</u>	<u>3.374</u>	<u>540</u>	<u>159.341</u>	<u>457.071</u>	<u>620.389</u>
Equivalência patrimonial	(48)	406	(143)	22.206	59.415	81.836
Varição cambial	(4)	-	(50)	-	-	(54)
Aumento de capital	-	-	-	5.041	234.129	239.170
Distribuição de Lucros	-	(300)	-	-	-	(300)
Saldos em 31 dezembro de 2010	<u>11</u>	<u>3.480</u>	<u>347</u>	<u>186.588</u>	<u>750.615</u>	<u>941.041</u>
Equivalência patrimonial	(6)	265	(200)	14.757	44.883	59.699
Varição cambial	1	-	17	-	-	18
Aumento de capital	-	-	-	-	70.000	70.000
Distribuição de Lucros	-	(402)	-	-	-	(402)
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>6</u>	<u>3.343</u>	<u>164</u>	<u>201.345</u>	<u>865.498</u>	<u>1.070.356</u>

c. Informações das controladas e controlada em conjunto

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M.Dias Branco International Trading LLC	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Capital social	9.204	9.204	656.730	586.730	132	126	55.191	55.191	113	113
Quotas (ações) possuídas	3.038	3.038	656.730	586.730	132	126	55.191	55.191	113	113
Ativo circulante	5.993	5.323	164.681	158.105	6	11	139.972	117.293	83	274
Ativo não circulante	5.244	5.650	969.815	830.950	-	-	171.504	156.950	106	95
Total de Ativos	11.237	10.973	1.134.496	989.055	6	11	311.476	274.243	189	369
Passivo circulante	1.207	532	72.601	71.432	-	-	65.474	53.150	-	-
Passivo não circulante	-	-	196.394	167.006	-	-	44.657	34.505	25	22
Total de passivos	1.207	532	268.995	238.438	-	-	110.131	87.655	25	22
Patrimônio líquido (a)	10.030	10.441	865.501	750.617	6	11	201.345	186.588	164	347
Equivalência Patrimonial	264	406	44.884	59.415	(5)	(47)	14.757	22.353	(200)	(143)
Participação no capital social, no final do período - % (b)	33,33%	33,33%	99,9996%	99,9996%	98,33%	98,33%	99,9999%	99,9999%	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido (a x b)	3.343	3.480	865.498	750.615	6	11	201.345	186.588	164	347

Notas Explicativas

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M.Dias Branco International Trading LLC	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Receitas	7.137	7.064	538.930	475.291	-	5	453.870	407.846	-	48.163
Despesas	(6.331)	(5.970)	(494.046)	(429.160)	(5)	0	(439.113)	(395.524)	(200)	(47.790)
Lucro (prejuízo) líquido do período	806	1094	44.884	46.131	(5)	5	14.757	12.322	(200)	373

10 Imobilizado*Movimentação do imobilizado - Custo (Controladora)*

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	319.483	475.695	28.032	36.620	83.677	100.309	1.043.816
Adições	468	4.128	398	290	86	49.306	54.676
Baixas	-	(1.452)	(98)	(1.300)	-	(2.847)	(5.697)
Transferências	<u>1.653</u>	<u>67.514</u>	<u>603</u>	<u>1.269</u>	<u>2.448</u>	<u>(73.487)</u>	=
Saldo em 31 de dezembro de 2010	321.604	545.885	28.935	36.879	86.211	73.281	1.092.795
Adições	95	1.433	397	367	74	26.865	29.231
Baixas	-	(113)	(24)	(2.000)	(3)	(165)	(2.305)
Transferências	<u>217</u>	<u>7.672</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(875)</u>	<u>287</u>	<u>(5.336)</u>	=
Saldo em 30 de setembro de 2011	321.916	554.877	27.343	34.371	86.569	94.645	1.119.721

Notas Explicativas***Movimentação do imobilizado - Depreciação (Controladora)***

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(75.524)	(295.829)	(13.209)	(31.875)	(39.950)	(21.393)	(477.780)
(+) Depreciação/Amortização	(9.815)	(18.082)	(2.197)	(595)	(4.120)	(2.252)	(37.061)
Baixas	-	1.410	91	1.219	-	615	3.335
Transferências	=	<u>(815)</u>	<u>300</u>	<u>(282)</u>	<u>803</u>	<u>(6)</u>	=
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(85.339)	(313.316)	(15.015)	(31.533)	(43.267)	(23.036)	(511.506)
(+) Depreciação/Amortização	(7.408)	(16589)	(1.609)	(454)	(3.288)	(1.252)	(30.600)
Baixas	-	116	20	1.716	2	158	2.012
Transferências	<u>1</u>	<u>(140)</u>	<u>(16)</u>	<u>(8)</u>	<u>114</u>	<u>49</u>	=
Saldo em 30 de setembro de 2011	(92.746)	(329.929)	(16.620)	(30.279)	(46.439)	(24.081)	(540.094)
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	236.265	232.569	13.920	5.346	42.944	50.245	581.289
Saldo em 30 de setembro de 2011	229.170	224.948	10.723	4.092	40.130	70.564	579.627

Movimentação do imobilizado - Custo (Consolidado)

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	418.708	708.926	37.720	45.289	101.546	208.592	1.520.781
Adições	480	6.438	535	341	174	127.693	135.661
Baixas	(2.753)	(3.144)	(188)	(2.974)	(11)	(2.799)	(11.869)
Transferências	<u>22.369</u>	<u>111.324</u>	<u>1.826</u>	<u>3.371</u>	<u>17.397</u>	<u>(156.287)</u>	=
Saldo em 31 de dezembro de 2010	438.804	823.544	39.893	46.027	119.106	177.199	1.644.573
Combinação de negócio	12.325	8.755	-	-	-	16.947	38.027
Adições	521	5.811	1.479	985	2.706	80.883 ¹	92.385
Baixas	(8)	(2.368)	(57)	(2.058)	(12)	(723)	(5.226)
Transferências	<u>1.690</u>	<u>14.082</u>	<u>(1.084)</u>	<u>(876)</u>	<u>6.196</u>	<u>(20.008)</u>	=
Saldo em 30 de setembro de 2011	453.332	849.824	40.231	44.078	127.996	254.298	1.769.759

Nota: ¹ refere-se substancialmente a máquinas em montagem (R\$68.416), Obras em andamento (R\$10.736) e Outros (R\$ 1.731)

Notas Explicativas***Movimentação do imobilizado - Depreciação (Consolidado)***

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(94.199)	(404.566)	(16.932)	(38.403)	(42.946)	(24.679)	(621.725)
(+) Depreciação/Amortização	(12.941)	(27.993)	(3.633)	(844)	(5.670)	(3.008)	(54.089)
Baixas	1.008	4.343	244	2.409	173	770	8.947
Transferências	-	(795)	279	(281)	803	(6)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(106.132)	(429.011)	(20.042)	(37.119)	(47.640)	(26.923)	(666.867)
(+) Depreciação/Amortização	(10.873)	(25.159)	(2.977)	(753)	(5.512)	(2.931)	(48.205)
Baixas	-	1.032	46	1.758	10	616	3.462
Transferências	<u>1</u>	<u>(141)</u>	<u>(17)</u>	<u>(10)</u>	<u>115</u>	<u>52</u>	-
Saldo em 30 de setembro de 2011	(117.004)	(453.279)	(22.990)	(36.124)	(53.027)	(29.186)	(711.610)
Saldos Líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	332.672	394.533	19.851	8.908	71.466	150.276	977.706
Saldo em 30 de setembro de 2011	336.328	396.545	17.241	7.954	74.969	225.112	1.058.149

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim demonstradas:

Taxas de depreciação (a.a)

	30/09/2011	31/12/2010
Máquinas e equipamentos	6,67%	6,67%
Instalações	6,67%	6,67%
Edificações	3,33%	3,33%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Veículos	8%	8%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de computação	20%	20%
Outros	20%	20%

A depreciação reconhecida no resultado consolidado em 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 47.029 (R\$ 39.481 em 30 de dezembro de 2010).

Anualmente, em 31 de dezembro, ativo imobilizado do Grupo é submetido a análises de recuperação do seu valor. Em 31 de dezembro de 2009, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

Notas Explicativas**11 Intangível**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Marcas e patentes	1.622	1.498	162.276	128.175
Software	10.746	8.967	11.372	9.526
(-) Amortização acumulada	<u>(5.533)</u>	<u>(4.872)</u>	<u>(25.078)</u>	<u>(24.403)</u>
	6.835	5.593	148.570	113.298
Ágio pago por rentabilidade futura	-	-	495.812	474.127
(-) Amortização acumulada	=	=	<u>(29.996)</u>	<u>(29.996)</u>
			465.816	444.131
	6.835	5.593	614.386	557.429

O saldo de ágio pago sobre rentabilidade futura tem vida útil indefinida e está representado pelas seguintes transações: (i) ágio decorrente de acervo líquido de empresa Craiova Participações Ltda. incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002, no montante de R\$ 9.384; (ii) aquisição da Adria Alimentos do Brasil Ltda, no valor de R\$ 34.037; (iii) aquisição da Vitarella, no montante de R\$ 400.710; (iv) aquisição da Pilar, no montante de R\$ 21.685, o que representou a única movimentação no saldo no ano 2011. Em 2010, o saldo do ágio pago sobre rentabilidade futura permaneceu inalterado.

Os ativos marcas, patente e software apresentaram a seguinte movimentação:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Software (tempo de vida útil estimado-5 anos)	Marcas e patentes (*)	Software (tempo de vida útil estimado-5 anos)	Marcas e patentes (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.557	1.251	4.622	108.769
Aquisições	432	247	445	372
Amortizações	<u>(894)</u>	=	<u>(910)</u>	=
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.095	1.498	4.157	109.141
Aquisições	1.779	124	1.845	34.101
Amortizações	<u>(661)</u>	=	<u>(674)</u>	=
Saldo em 30 de setembro de 2011	5.213	1.622	5.328	143.242

(*) *vida útil indefinida*

Notas Explicativas

No caso das marcas e patentes, o valor está substancialmente representado pela marca Vitarella, no valor de R\$ 107.011 e marca Pilar, no valor de R\$ 33.815.

O Grupo não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 2.185 no período findo em 30 de setembro de 2011 (R\$ 1.921 em 30 de setembro de 2010).

Teste de valor recuperável do ágio e marca

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo aplicou teste de recuperação do valor contábil dos ágios e do ativo intangível marca, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das unidades que lhes deram origem - as controladas Adria e Vitarella - tomando por base o conjunto de bens utilizados em suas operações.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 9,2% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico do Grupo, e sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 12,2%. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do exercício de 5 anos foi de 4,5%.

Nesse processo de avaliação, o valor das empresas obtidos nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Notas Explicativas

12 Diferido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Pesquisa, desenvolvimento e gastos pré-operacionais	55.497	55.497	-	-
(-) Amortização acumulada	(51.763)	(47.774)	-	-
	<u>3.734</u>	<u>7.723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se a novos produtos e são amortizados em cinco anos ou imediatamente, caso não sejam relevantes ou não exista perspectiva de geração de benefícios futuros. Os gastos pré-operacionais, que incluem principalmente remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel de equipamentos, foram diferidos na fase de construção das unidades industriais instaladas em Salvador (BA), em Cabedelo (PB), em Natal (RN) e em Fortaleza (CE) - neste caso a fábrica de margarinas e gorduras vegetais - até o momento em que estas unidades passaram a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de cinco anos e não há, até o presente momento, qualquer indicador de que possa ter havido perda de valor dos mesmos.

De acordo com as IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível. Desta forma, para efeito de demonstração consolidada o saldo do ativo diferido foi baixado, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 3.

13 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo, profissionais-chave da administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

<u>Partes Relacionadas</u>	<u>Principal natureza das transações</u>
Controladas	
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
NPAP Alimentos S.A.	Compra e venda de produtos industrializados;
M. Dias Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Trading Uruguay	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Argentina S.A.	Compra de matéria-prima (pré-operacional);
Controlada em conjunto	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo;

Notas Explicativas

<u>Partes Relacionadas</u>	<u>Principal natureza das transações</u>
Outras partes relacionadas	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Ressarcimento de despesas comuns;
Idibra Participações Ltda.	Prestação de serviço em construção civil;
Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda.	Compra de combustível;
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviço de hospedagem de funcionários e prestadores de serviço;
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas;
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	Prestação de serviço na descarga de trigo e venda de ativos imobilizados;
Porto Cotegipe Logística Ltda.	Não houve transações no período;
Rowena S.A.	Arrendamento de aeronave.

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval, o contrato tem vencimento em junho de 2015 e o saldo em aberto em 30 de setembro de 2011 é de R\$16.662 (R\$19.999 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia não tem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade com qualquer desses contratos nos quais é avalista.

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens móveis e imóveis com as controladas Adria e Vitarella, bem como com as partes relacionadas Dias Branco Administração Participações Ltda. e Idibra Participações Ltda.

A controlada Vitarella firmou contrato de prestação de serviço de empreitada com Idibra Participações Ltda. para execução de obras civis destinadas a ampliação de duas instalações. Até 30 de setembro de 2011 o valor pago por tais serviços foi de R\$1.842.

Condições das transações com as principais partes relacionadas

As operações entre as partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação, onde os preços praticados podem variar conforme o tipo de produto que é vendido. No caso das transações realizadas com a controlada Adria, a condição de venda é com prazo de pagamento de 25 dias após o faturamento, enquanto que para a controlada Vitarella, o prazo para pagamento é 20 dias. Já as controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay, fazem o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos em financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para pagamento.

Notas Explicativas

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/ 09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Ativo circulante				
Contas a receber				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	6.020	9.068	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	6.110	12.556	-	-
	<u>12.130</u>	<u>21.624</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adiantamento de Fornecedor/Partes relacionadas				
Idibra Participações Ltda.	-	-	126	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>126</u>	<u>-</u>
Outras contas a receber/Partes relacionadas				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	33	345	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	848	782	848	782
	<u>881</u>	<u>1.127</u>	<u>848</u>	<u>782</u>
Ativo não - Circulante				
Investimentos				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	197.901	182.955	-	-
M.Dias Branco Argentina S.A	6	11	-	-
M.Dias Branco Tradding LLC	164	347	-	-
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza	3.343	3.480	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	865.498	750.615	-	-
	<u>1.066.912</u>	<u>937.408</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	-	634	-	-
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	185	306	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda	1	1	1	1
Terminal Portuário Cotegipe S.A	-	-	-	-
LDB Transporte de Cargas Ltda.	334	249	334	249
	<u>520</u>	<u>1.190</u>	<u>335</u>	<u>250</u>
Outras contas a pagar				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	117	108	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.200	1.200	-	-
	<u>1.317</u>	<u>1.308</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo não-circulante				
Contas a pagar				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	10	10	-	-
M.Dias Branco Tradding LLC	3	-	3	-
	<u>13</u>	<u>10</u>	<u>3</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Resultado				
Receita de venda de produtos				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	96.386	83.288	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	109.815	73.446	-	-
NPAP Alimentos S.A	1.895	-	-	-
	<u>208.096</u>	<u>156.734</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo dos produtos vendidos				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	2.273	-	-
M.Dias Branco Internacional Tradding LLC	-	46.551	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	641	3.664	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	2.336	2.344	-	-
NPAP Alimentos S.A	296	-	-	-
	<u>3.273</u>	<u>54.832</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas de vendas				
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	2.504	2.551	2.504	2.551
LDB Transporte de Cargas Ltda.	13.201	15.802	13.201	15.802
	<u>15.705</u>	<u>18.353</u>	<u>15.705</u>	<u>18.353</u>
Despesas administrativas				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	(4.051)	(3.708)	(4.051)	(3708)
Rowena S.A	2.711	2.946	2.711	2.946
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	17	42	17	42
	<u>(1.323)</u>	<u>(720)</u>	<u>(1.323)</u>	<u>(720)</u>
Resultado da Participação Societária				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	14.945	12.403	-	-
M.Dias Branco Internacional Tradding LLC	(200)	373	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	44.884	46.131	-	-
M.Dias Branco Argentina	(5)	5	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	264	364	-	-
	<u>59.888</u>	<u>59.276</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia registrou o montante de R\$ 7.571 (R\$ 7.304 em 30 de setembro de 2010) relativo à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações.

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões, benefícios de aposentadoria, salvo o plano de concessão de opções (*stock options*) cuja única e última outorga se deu apenas no ano de 2006 e o direito de exercer expirou em 31 de dezembro de 2010.

14 Financiamentos e empréstimos com Instituições Financeiras

Controladora

Moeda nacional	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	30/09/11	31/12/10
		1,71%(2,04%			
BNDES-FINAME	TJLP	em 31.12.10)	15/10/2013	1.480	2.756
		4,76%(4,51%			
BNDES- PSI	R\$	em 31.12.10)	15/09/2021	31.421	19.990
BNB – FNE	-	10,00%	29/09/2015	38.216	45.394
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03%	15/03/2013	1.679	2.685
BNB- FNE - Capital de Giro	-	10,00%	14/08/2011	-	1.170
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	591	747
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	261	300
				<u>73.648</u>	<u>73.042</u>
Moeda estrangeira					
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,53%	02/03/2012	69.955	-
		Libor* +			
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	1,50%	30/10/2014	4.501	4.445
				<u>74.456</u>	<u>4.445</u>
				<u>148.104</u>	<u>77.487</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				(85.904)	(15.202)
Passivo não circulante				<u>62.200</u>	<u>62.285</u>

* Libor semestral

Notas Explicativas**Consolidado**

	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional					
BNDES-FINAME	TJLP	1,85% (1,94% em 31.12.10)	15/06/2018	10.259	15.973
BNDES- PSI	R\$	4,73% (4,50% em 31.12.10)	15/03/2021	73.320	46.281
BNB – FNE	-	10,00%	11/01/2016	79.176	95.574
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03% (1,11% em 31.12.10)	15/03/2013	1.679	2.685
BNB - FNE - Capital de Giro	-	10,00%	14/08/2011	-	1.170
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	591	747
BNDES Automático Leasing	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	261	300
	R\$	13,08%	25/02/2012	9	-
				<u>165.295</u>	<u>162.730</u>
Moeda estrangeira					
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,53%	02/03/2012	69.955	-
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	<u>4.501</u>	<u>4.445</u>
				<u>74.456</u>	<u>4.445</u>
				<u>239.751</u>	<u>167.175</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				<u>(110.363)</u>	<u>(33.599)</u>
Passivo não circulante				<u>129.388</u>	<u>133.576</u>

* Libor semestral

Os contratos do BNDES e FNE têm o exercício de carência de 12 meses a 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o exercício de carência e após o exercício de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos externos para capital de giro, importações de máquinas e equipamentos e financiamentos nacionais de insumos - EGF têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal.

Notas Explicativas

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Ano de vencimento:				
2012	15.665	15.341	32.512	39.657
2013	15.004	13.977	27.808	26.794
2014	14.094	13.315	25.746	23.587
2015	3.907	9.651	11.374	19.450
2016 a 2021	13.530	10.001	31.948	24.088
Total	<u>62.200</u>	<u>62.285</u>	<u>129.388</u>	<u>133.576</u>

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 239.751 (R\$ 167.175 em 31 de dezembro de 2010).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

15 Financiamentos de tributos – PROVIN, PROADI e DESENVOLVE

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 21 - Subvenções governamentais. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos e estão baseados no ICMS devido apurados mensalmente.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o saldo dos financiamentos apresentavam a seguinte composição:

Notas Explicativas

Controladora e Consolidado

Moeda nacional	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	30/09/11	31/12/10
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	-	10/12/2011	35	24
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	30/09/2014	17.445	15.946
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	-	20/09/2012	3.987	2.963
				21.467	18.933
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				(7.596)	(7.414)
Passivo não circulante				13.871	11.519

Os financiamentos de tributos PROADI têm vencimento trimestral de principal e juros. Já o PROVIN, o prazo de vencimento é por triênio, enquanto o DESENVOLVE é anual.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10
2012	10.643	9.515
2013	2.896	1.926
2014	332	78
Total	13.871	11.519

Os financiamentos do PROVIN e PROADI estão garantidos por notas promissórias.

16 Financiamentos diretos - Aquisições de empresas

Trata-se de dívida contraída junto aos próprios vendedores para pagamento das quotas da Vitarella e Pilar.

No caso da dívida de aquisição da Vitarella, o saldo existente em 30 de setembro de 2011 está representado pela parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 97.757, a qual se presta à garantia das contingências exigidas em discussão judicial ou administrativa, a ser amortizada em duas parcelas com vencimentos em 04/10/2012 e em 04/04/2013. Todas as parcelas do preço de aquisição são remuneradas à taxa de 100% do CDI.

No que diz respeito a dívida contraída na aquisição da Pilar, o saldo existente em 30 de setembro de 2011 está representado por uma parcela no montante de R\$ 212, que se presta a garantia de recebíveis existentes na data de aquisição a ser liquidada em 30 de novembro de 2011, se for o caso, e um valor retido do preço de aquisição a ser pago em 6 anos, no montante de R\$ 22.058, ambas atualizadas pela taxa 100% do CDI.

O pagamento do saldo do instrumento de cessão das quotas da Vitarella está garantido pelo penhor das próprias quotas objeto da compra e pela hipoteca do imóvel sede da empresa adquirida e por ações de emissão da Companhia de propriedade do acionista controlador.

Notas Explicativas

17 Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. Em 30 de setembro de 2011, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 0,65% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 99,35% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária 65% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 35% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

As provisões registradas estão subdivididas em:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Trabalhistas e cíveis	12.428	7.903	26.505	23.692
Tributárias	18.065	17.707	23.807	22.474
Outros	1.517	1.517	1.517	1.517
	<u>32.010</u>	<u>27.127</u>	<u>51.829</u>	<u>47.683</u>

Notas Explicativas***Movimentação dos processos no período***

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>3.859</u>	<u>19.230</u>	<u>1.517</u>	<u>24.606</u>
Adições	4.044	392	-	4.436
Baixas/reversões	=	(1.915)	=	(1.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>7.903</u>	<u>17.707</u>	<u>1.517</u>	<u>27.127</u>
Adições	4.525	358	-	4.883
Baixas/reversões	=	=	=	=
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>12.428</u>	<u>18.065</u>	<u>1.517</u>	<u>32.010</u>

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>15.496</u>	<u>22.623</u>	<u>1.517</u>	<u>39.636</u>
Adições	10.410	1.766	-	12.176
Baixas/reversões	(2.214)	(1.915)	=	(4.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>23.692</u>	<u>22.474</u>	<u>1.517</u>	<u>47.683</u>
Adições	5.290	1.333	-	6.623
Baixas/reversões	(2.477)	=	=	(2.477)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>26.505</u>	<u>23.807</u>	<u>1.517</u>	<u>51.829</u>

- **Natureza dos processos**

Cíveis e trabalhistas

O Grupo figura como réu em aproximadamente 533 processos judiciais de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 23.822 e R\$2.683, respectivamente. A maior parte das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

Notas Explicativas

Tributárias

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Autos de infração do IRPJ e da CSLL (a)	14.268	13.910	14.268	13.910
CPMF - Depósito judicial	10	10	10	10
IPI - Depósito judicial (b)	3.787	3.787	3.787	3.787
PIS - Depósito judicial (c)	-	-	1.024	850
COFINS - Depósito judicial (c)	-	-	4.718	3.917
	<u>18.065</u>	<u>17.707</u>	<u>23.807</u>	<u>22.474</u>

- (a) A Companhia defende-se de autuações fiscais lavradas em 2004 referentes à exclusão da contribuição social da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica cujo risco de perda é considerado provável pela Administração e seus assessores jurídicos, em função, principalmente, da jurisprudência desfavorável. As parcelas dos autos de infração provisionadas estão sendo atualizadas pela taxa SELIC. O processo encontra-se atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (b) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, na 6ª turma do TRF da 3ª região.
- (c) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento.

O Grupo não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais os quais, da mesma forma, não são atualizados.

Adicionalmente às provisões constituídas, o Grupo possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no pólo passivo cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizando aproximadamente R\$ 231.325 (R\$ 229.440 em 31 de dezembro de 2010). Dentre os processos, merecem destaque os seguintes:

Autos de Infração do IRPJ e CSLL: a Receita Federal do Brasil lavrou 2 autos de infração referentes a exigência de IRPJ e CSLL pelas seguintes supostas irregularidades: (i) não inclusão das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará (PROVIN) e Rio Grande do Norte (PROADI) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não escrituração do ganho proveniente da referida subvenção no momento em que pagava o tributo (ICMS) sobre o qual o Estado concedente calcula e libera a subvenção para investimento; (iii) não computação de adição da CSLL ao lucro real; (iv) suposta majoração indevida do incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE; e (v)

Notas Explicativas

multa isolada. Os dois processos têm valor somado de, aproximadamente, R\$ 92.189, atualizados até 30 de setembro de 2011. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), os quais foram julgados procedentes, exceto em relação à suposta majoração de incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE, o que foi objeto de embargos de declaração ainda não apreciados, para suprir a omissão de não apreciação de ofício da SUDENE, juntado aos autos, que afirma a inexistência da majoração de incentivo alegada no auto de infração. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais nos dois processos apenas em respeito à não tributação pelo IRPJ e CSLL das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os quais aguardam julgamento. A Companhia já apresentou suas contra-razões em ambos os recursos, bem como continua aguardando o julgamento dos embargos de declaração para, se for o caso, opor o competente recurso especial. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível, exceto para alguns aspectos onde o valor importa em R\$ 14.268, cuja avaliação é de perda provável, já devidamente provisionado.

Autos de Infração do PIS e COFINS: foram lavrados dois autos de Infração pela Receita Federal do Brasil visando à exigência de débitos relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS relativas aos anos-calendários de 1999 a 2003, tendo em vista o cometimento de três supostas infrações na apuração desses tributos: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro supostamente errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo os valores escriturados de subvenções para investimento auferidas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Essas três supostas infrações correspondem à aproximadamente 25% do valor total autuado. Em razão disso a Companhia, em sede de preliminar de seu recurso administrativo, requereu a nulidade dos respectivos autos por cerceamento do direito de defesa, vez que desconhece o fundamento para os outros 75% dos valores cobrados. O valor atualizado, até 30 de setembro de 2011, dos dois processos, é de, aproximadamente, R\$105.802. Importante ressaltar que os anos-calendários autuados coincidem, em grande parte, com o período onde a tributação pelo PIS e COFINS não poderia alcançar outras receitas senão o faturamento *stricto sensu*, face ao trânsito em julgado de decisão do STF, em favor da Companhia, que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), sendo um deles julgado parcialmente procedente, mantendo a exigência do PIS sobre as subvenções, mesmo o Acórdão reconhecendo estar provado nos autos se tratarem de subvenções para investimento. Contra tal decisão a Companhia já interpôs os Embargos de Declaração, a respeito da solução criada pelo Acórdão para justificar os 75% do valor autuado que excede o valor das infrações discriminadas no Auto. O Embargo ainda não foi apreciado. Quanto ao outro processo – relacionado à COFINS - ainda aguarda o julgamento do Recurso Voluntário.

Ações judiciais de cunho ambiental: a Companhia destaca duas ações de cunho ambiental, uma ação civil pública e uma ação popular, as quais se encontram atualmente em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba. Tais ações têm como objetivos principais a declaração de nulidade do processo de licenciamento do empreendimento da unidade industrial da Companhia localizada no Estado da Paraíba, denominada Grande Moinho Tambaú, assim como contempla pedido de indenização por conta de eventuais danos ambientais causados à área da construção e, ainda, pedido de demolição da área construída. De acordo com decisão judicial

Notas Explicativas

proferida, os autos foram encaminhados à Justiça Estadual da Comarca de Cabedelo/PB, por não haver interesse de autarquia federal (no caso, o IBAMA) a justificar a sua competência para processar e julgar o feito. Entendeu o juízo federal que as referidas ações discutem matéria de direito edilício, postura e licenciamento municipal, com meros reflexos na área portuária interna e evento visual em relação ao Forte de Santa Catarina de Cabedelo, popularmente conhecido como “Fortaleza de Santa Catarina”, não dizendo respeito à atuação do IBAMA, por não se cogitar de dano ambiental. Atualmente, o processo se encontra na Justiça Estadual, aguardando manifestação desta. Considera-se como possível a probabilidade de perda das ações, porém com risco remoto de demolição da área construída, mas com eventual obrigação de pagamento de indenização por danos ambientais, estimado pelo escritório externo no valor aproximado de R\$ 2.000, na hipótese de desfecho desfavorável à Companhia.

18 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos ativos diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Provisão para redução a valor recuperável-clientes	1.498	1.885	2.062	2.337
Provisão para contingências	10.883	9.223	13.514	11.519
Lucros não realizados em operações com controladas	1.171	1.235	1.184	1.235
Baixa do ativo diferido mantido nas demonstrações individuais	-	-	1.701	3.236
Outras provisões	<u>5.395</u>	<u>6.138</u>	<u>7.221</u>	<u>8.683</u>
	<u>18.947</u>	<u>18.481</u>	<u>25.682</u>	<u>27.010</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não reconheceu os efeitos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social da controlada Adria e Pilar em razão da ausência de histórico de base de cálculo positiva de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Baseada no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e

Notas Explicativas

cíveis, dentre outros, e provisões para redução do valor recuperável de clientes, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos das informações consolidadas apresentam a seguinte expectativa de realização:

Exercício	30/09/11	31/12/10
2011	9.551	10.924
2012	1.533	2.264
2013	982	1.473
2014	1.983	1.697
2015	1.364	1.349
2016 a 2018	<u>10.270</u>	<u>9.303</u>
Total	<u>25.682</u>	<u>27.010</u>

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos são decorrentes de diferenças temporárias, relativas à amortização, apenas para fins fiscais, do ágio pago por rentabilidade futura, constituídas de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, por diferenças de despesas de depreciação de ativos calculadas a partir de taxas definidas de acordo com o tempo de vida útil e por taxas fiscais, em decorrência da opção pelo RTT e sobre saldo de reavaliação de ativos permanentes realizada na Pilar, em data anterior a sua aquisição.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	273.174	273.247	294.300	298.035
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	92.879	92.904	100.062	101.332
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	568	2.428	2.955	3.208
Exclusões permanentes:				
Itens não considerados como Receitas pela legislação tributária	(45.932)	(39.356)	(31.075)	(21.955)
Efeito do não reconhecimento do crédito da base negativa da contribuição social na Adria	-	-	(1.859)	(930)
Outros itens	(3.761)	(8.159)	(5.656)	(8.790)
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	<u>43.754</u>	<u>47.817</u>	<u>64.427</u>	<u>72.865</u>
Receita isenta de imposto de renda (Subvenção Governamental)	(21.287)	(17.434)	(23.818)	(21.358)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período após isenção	<u>22.467</u>	<u>30.383</u>	<u>40.609</u>	<u>51.507</u>
Alíquota efetiva	<u>8,22%</u>	<u>11,19%</u>	<u>13,80%</u>	<u>17,28%</u>

Notas Explicativas

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda, cuja natureza, prazo e parcela incentivada estão detalhados na Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social - Controladora

Em 28 de fevereiro de 2011, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 31.267, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o Capital Social para R\$ 777.796 (R\$ 746.529 em 31 de dezembro de 2010).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações, ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 28.419.196 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,05% do total, mas em função da aquisição de 53.300 ações de administradores, realizadas ao longo dos primeiros nove meses de 2011, as ações em circulação atingiram, em 30 de setembro de 2011, o montante de 28.365.896, que representam 25,00% do total.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais.

Reservas para plano de investimento

É constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social.

Reserva especial - Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial

Notas Explicativas

prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente.

c. Ações em tesouraria

A Companhia mantém ações em tesouraria para atender ao “Plano de Opções de Compra de Ações” ou posterior cancelamento.

Nos primeiros nove meses de 2011, a Companhia adquiriu o montante de 12.623 ações, a preço de mercado na Bolsa de Valores, cujo preço médio foi de R\$ 38,72 por unidade de ação, sendo os preços mínimos e máximos de 38,45 e R\$ 38,81, respectivamente. O valor total da compra foi R\$ 489 e os recursos foram oriundos da conta de reservas de lucros. No mesmo período, em decorrência do exercício do Plano de Opções de Compra de Ações, a Companhia alienou a totalidade da quantidade de ações adquiridas. Nessa transação foi apurado um resultado líquido negativo na ordem de R\$ 212, que foi baixado das opções outorgadas reconhecidas.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

d. Remuneração de acionistas

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial inclui ajuste de valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

f. Ajuste de acumulados de conversão

O ajuste acumulados de conversão inclui variação cambial de investimentos no exterior.

20 Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui um plano de opção de compra de ações que tem por objetivos: i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos administradores e empregados, seus e de suas controladas, adquirir ações da Companhia, nos termos, nas condições, e no modo previstos no Plano, incentivando desta forma a integração dos mesmos à Companhia; e ii) possibilitar à Companhia e às suas controladas obter e manter os serviços de administradores e empregados de alto nível, oferecendo a tais executivos e empregados, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

O Plano é executado através de Programas criados por um Comitê nomeado pelo Conselho de Administração; as opções representarão o máximo de 1% do total de ações do capital da Companhia existentes na data de lançamento de cada Programa e não podem participar do Plano os diretores estatutários e/ou empregados ou qualquer outro executivo que já detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% das ações da Companhia.

O único Programa de Opções da Companhia, pelo qual foram concedidas 620.000 opções,

Notas Explicativas

representando 0,53% do total de ações, distribuídas entre 36 executivos, cujo direito de aquisição das opções se encerrou em 31 de dezembro de 2007, expirou em dezembro de 2010. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, existia um montante de 12.621 opções a serem exercidas (0,14% do total de ações). A Companhia tinha um prazo de 90 dias para atender a solicitação do direito de exercício já manifestada pelos executivos que foi devidamente cumprido.

Resumo da movimentação do plano

	30/09/11		31/12/10	
	Preço de exercício R\$ /ação	Quantidade de opções	Preço de exercício R\$ /ação	Quantidade de opções
Saldo inicial das ações	21,94	12.621	21,94	157.860
Outorgadas	-	-	-	-
Perdidas	-	-	-	-
Opções exercidas	-	(12.621)	-	(145.239)
Saldo final das opções	21,94	-	21,94	12.621
Exercíveis no final do período	-	-	-	12.621

Tendo em vista que todas as opções foram exercidas, o saldo remanescente das Opções Outorgadas Reconhecidas, no montante de R\$974, correspondente as opções canceladas ou perdidas, foi transferido para reservas de lucros, em conformidade com item 23 do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

21 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas elas monetárias e registradas pelo seu valor nominal.

O valor das subvenções para investimento recebidas dos Estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do Lucro da Exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela SUDENE, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

Os recursos recebidos se constituem em fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos Projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento.

Tais subvenções para investimento, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de

Notas Explicativas

despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008 no resultado do exercício, em função do que determina a Deliberação CVM nº 555/08 (que aprovou o Parecer Técnico CPC nº 07). No cumprimento dessa determinação regulamentar, as subvenções para investimento estaduais, em razão de serem calculadas com base no ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado como dedução dos custos dos produtos vendidos. Já a subvenção federal, baseada no lucro da exploração, é apresentada como dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

A Companhia reconhece os incentivos fiscais em regime de competência, independente do momento em que os realiza em termos financeiros, em face dos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto desses benefícios; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto do benefício.

No encerramento do exercício social, a parcela de lucro que decorre desse trânsito por resultados das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no Patrimônio Líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, tendo em vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento de origem governamental:

21.1 Incentivos fiscais estaduais

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia fez jus a R\$ 91.754 (R\$ 24.229 em 30 de setembro de 2010) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

21.1.1 *DESENVOLVE - Estado da Bahia*

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial dotada de um moinho de trigo e uma fábrica de biscoitos e de massas, no município de Salvador - BA. A transferência dos recursos públicos à unidade incentivada ocorre mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81,00% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado e da geração de empregos prevista no projeto de investimento. Além desses requisitos quanto ao investimento realizado, exige-se que não haja atraso no pagamento do ICMS devido para não gerar a suspensão do incentivo.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

21.1.2 *FDI/PROVIN - Estado do Ceará*

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de duas unidades industriais, sendo (i) um moinho de trigo; e (ii) uma fábrica de gorduras e margarinas especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste, no caso da unidade de moagem de trigo, no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 63,75% desse ICMS com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida. No caso da unidade industrial de Margarinas e Gorduras vegetais, a subvenção consiste na quitação de 56,25% do ICMS devido com

Notas Explicativas

recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A legislação atual e os protocolos assinados com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O direito ao recebimento da subvenção está ainda condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

Para ambas as plantas industriais, considerando os novos investimentos realizados em sua modernização e expansão, a subvenção foi estendida para novembro de 2024 através dos Ofícios CEDIN Nos. 212/2010 (unidade de gorduras e margarinas especiais) e 213/2010 (unidade de moagem de trigo).

21.1.3 PROADI - Estado do Rio Grande do Norte

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial, localizada na cidade de Natal - RN, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 74,25% desse ICMS com recursos do PROADI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A subvenção foi originalmente concedida até fevereiro de 2010, mas em função dos novos investimentos na modernização da planta, foi recentemente estendida para agosto de 2020.

21.1.4 FAIN - Estado da Paraíba

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste na concessão de um desconto de 81% no valor do ICMS incidente nas aquisições do trigo em grão. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da subvenção se estende até dezembro de 2032.

21.1.5 PRODEPE - Estado de Pernambuco

O Governo do Estado de Pernambuco, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, na qual foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Vitarella. Tal subvenção foi concedida no bojo do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, regulado pelo Decreto no. 21.959/99. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão, consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo. O valor dos recursos correspondentes à subvenção assim calculada é recebido pela indústria mediante a emissão de Nota Fiscal de ressarcimento contra o fornecedor da farinha de trigo adquirida, ou contra o estado, no

Notas Explicativas

caso de aquisição do exterior ou de estado não signatário do Protocolo 46/2000 de farinha de trigo ou trigo em grão, ao qual compete receber do Estado de Pernambuco o ressarcimento dos valores correspondentes à subvenção entregues às indústrias de massas e biscoitos incentivadas. Além dos 75% antes mencionados, a subvenção inclui um valor equivalente a 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da Região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a um montante equivalente a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.

A concessão da subvenção se estende até março de 2024.

No caso da unidade industrial instalada em Recife-PE (PILAR), adquirida em 26 de abril de 2011, a subvenção concedida é calculada nos mesmos termos da subvenção concedida à Vitarella. A concessão do benefício ocorreu em 29 de setembro de 2003 e se estende até setembro de 2015.

21.1.6 FUNDOPEM - Estado do Rio Grande do Sul

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial no município de Bento Gonçalves (RS), onde foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Adria. Tal subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido no FUNDOPEM/RS. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de desconto de 60,0% sobre o valor do ICMS devido. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

O prazo da concessão da subvenção encerrou em setembro de 2011.

21.2 Incentivo fiscal federal

No âmbito das regras de incentivos fiscais federais, consistentes na redução do Imposto de Renda pessoa jurídica devido, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Companhia é beneficiária atualmente de redução de 75,0% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais da controladora, exceto a unidade Grande Moinho Potiguar (Natal – RN) e da controlada Vitarella sediadas no Nordeste do Brasil.

Em 22 de dezembro de 2010 foi aprovado, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o pleito de incentivo fiscal da unidade Moinho Dias Branco, tendo em vista ter comprovado a realização dos investimentos previstos no projeto de modernização total da unidade industrial sediada em Fortaleza (CE), nos termos previstos na legislação federal de incentivo ao desenvolvimento do Nordeste. O incentivo, que antes estava em 12,5% do valor do imposto de renda, passou a ser 75% (desde janeiro de 2010 até dezembro de 2019).

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, o Grupo fez jus a R\$ 23.818 (R\$ 3.300 em 30 de setembro de 2010) decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas unidades industriais incentivadas.

Os prazos de vigência das subvenções federais concedidas estão detalhados a seguir:

Notas Explicativas

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de Biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de Gorduras e Margarinas Especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2003 até Dez de 2012
Moinho de trigo (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de Massas e de Biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de Trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de Massas (Recife – PE)	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de Biscoitos (Recife – PE)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2012
Fábrica de Biscoitos e de Massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018

É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2010 terminou a vigência do incentivo fiscal federal concedido à unidade instalada no Rio Grande do Norte. Contudo, a Companhia está ultimando novo pleito a fim de comprovar a realização de investimentos na modernização dessa unidade, o qual será apresentado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, oportunamente.

O Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até então, o Grupo não descumpriu qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

22 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Receita bruta:	<u>1.528.479</u>	<u>1.266.632</u>	<u>2.546.509</u>	<u>2.138.049</u>
Mercado interno	1.526.462	1.263.295	2.537.712	2.076.210
Mercado externo	2.017	391	6.073	4.936
Outras receitas	-	2.946	2.724	56.903
Devoluções, descontos e cancelamentos	(16.151)	(14.721)	(37.773)	(32.354)
Impostos incidentes sobre vendas	(187.676)	(155.561)	(354.703)	(295.743)
Receita líquida	<u>1.324.652</u>	<u>1.096.350</u>	<u>2.154.033</u>	<u>1.809.952</u>

23 Informações por segmento

Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 4, item v, a Companhia tem somente um segmento de negócio passível de reporte.

Notas Explicativas

O Brasil é o principal mercado e foi responsável por 99,9% da receita bruta consolidada no período findo em 30 de setembro de 2011 (84,6% em 30 de setembro de 2010). As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 22.

Abaixo demonstramos a receita líquida da Companhia de acordo com as linhas de produtos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Biscoitos	511.587	425.890	1.184.005	1.000.576
Massas	199.713	165.570	451.036	387.662
Farinha e farelo	506.971	425.121	431.227	348.777
Margarinas e gorduras	104.556	79.769	80.239	68.967
Diversos	1.825	-	7.526	3.970
Receita Líquida	<u>1.324.652</u>	<u>1.096.350</u>	<u>2.154.033</u>	<u>1.809.952</u>

Em 30 de setembro de 2011 não houve clientes que individualmente representasse mais que 6,3% (5,4% em 30 de setembro de 2010) das vendas, o que demonstra que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada e com pouca dependência.

24 Custo dos produtos vendidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Matéria-prima	<u>666.966</u>	<u>480.841</u>	<u>972.703</u>	<u>730.378</u>
- Trigo	480.036	350.050	506.956	358.931
- Óleo	111.346	69.096	113.577	69.985
- Açúcar	26.212	20.557	72.941	54.775
- Farinha de terceiros	-	-	113.464	99.837
- Gordura de terceiros	-	-	51.854	52.637
- Outros	49.372	41.138	113.911	94.213
Embalagens	79.763	68.885	150.148	122.412
Mão de obra	81.564	69.723	162.970	130.204
Gastos gerais de fabricação	66.915	60.800	110.423	94.481
Depreciação e amortização	24.582	21.057	36.802	29.419
Diversos	2.086	859	2.412	3.170
Incentivos fiscal - ICMS	<u>(74.945)</u>	<u>(56.069)</u>	<u>(90.823)</u>	<u>(64.023)</u>
	<u>846.931</u>	<u>646.096</u>	<u>1.344.635</u>	<u>1.046.041</u>

Notas Explicativas

25 Despesas com vendas, administrativas e gerais - por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Despesas com marketing e vendas	62.446	53.655	164.852	137.262
Despesas com fretes	42.409	37.840	82.279	76.976
Honorários da administração	6.065	5.559	6.065	5.559
Despesas de benefícios a empregados	107.636	100.384	187.344	169.685
Encargos de depreciação e amortização	10.112	11.629	10.158	9.408
Despesas tributárias	5.776	5.550	11.389	11.874
Outras despesas administrativas	<u>23.301</u>	<u>18.241</u>	<u>36.679</u>	<u>28.807</u>
	<u>257.745</u>	<u>232.858</u>	<u>498.766</u>	<u>439.571</u>

26 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	8.225	2.673	10.520	5.676
Variações monetárias/cambiais ativas	9.603	18.697	11.517	21.310
Outros	<u>3.971</u>	<u>2.536</u>	<u>4.855</u>	<u>4.787</u>
	21.799	23.906	26.892	31.773
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(6.552)	(8.563)	(10.849)	(12.662)
Variações monetárias/cambiais passivas	(13.013)	(10.782)	(13.765)	(12.213)
Outros	<u>(3.194)</u>	<u>(2.075)</u>	<u>(16.231)</u>	<u>(20.824)</u>
	(22.759)	(21.420)	(40.845)	(45.699)
Resultado financeiro líquido	<u>(960)</u>	<u>2.486</u>	<u>(13.953)</u>	<u>(13.926)</u>

27 Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Atualmente o Grupo não mantém qualquer instrumento financeiro derivativo.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Ativos financeiros destinados a venda				
Aplicações financeiras	-	-	11.488	10.578
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	113.462	42.418	133.907	54.372
Contas a receber de clientes	154.855	137.618	342.053	259.484
Outras contas a receber - partes relacionadas	881	1.127	848	782
Outros créditos	8.334	9.880	11.562	14.463
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	24.586	35.920	58.025	62.380
Financiamentos com instituições financeiras	148.104	77.487	239.751	167.175
Financiamentos diretos	-	-	120.027	90.092
Contas a pagar	6.132	8.692	20.070	13.051

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo estão classificados como Nível 2.

Em 30 de setembro de 2011, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das informações financeiras intermediárias estão identificados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros destinados a venda				
Aplicações financeiras	-	-	11.488	11.488
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	113.462	113.462	133.907	133.907
Contas a receber de clientes	154.855	154.855	342.053	342.053
Outras contas a receber - partes relacionadas	881	881	848	848
Outros créditos	8.334	8.334	11.562	11.562
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	24.586	24.586	58.025	58.025
Financiamentos com instituições financeiras	148.104	143.446	239.751	228.673
Financiamentos diretos	-	-	120.027	116.456
Contas a pagar	6.132	6.132	20.070	20.070

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras intermediárias aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Empréstimos e financiamentos

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

No caso dos financiamentos pré-fixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias (8,7% a.a).

Já os financiamentos pelo FNE, o valor justo é igual ao valor contábil, tendo em vista que a taxa cotada na data das informações financeiras intermediárias é a mesma da contratação dos financiamentos.

Notas Explicativas

Com relação a dívida decorrente da aquisição da Vitarella, que conforme contrato é atualizada pelo CDI, somente, o valor justo foi determinado considerando também um *spread* de 1,50%, de forma a refletir as condições de mercado.

Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Gerenciamento de riscos

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

A seguir descrevemos, sumariamente, os principais pontos das Diretrizes de Gestão de Riscos:

Identificação - o processo de identificação dos riscos deve tomar por base o planejamento estratégico da Companhia, a partir do qual são mapeados os riscos que podem vir a comprometer o cumprimento das metas caso estes venham se materializar;

Avaliação – os riscos devem ser avaliados de acordo com os critérios de probabilidade de ocorrência e impacto sobre o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia;

Tratamento – os riscos identificados e avaliados devem ser tratados segundo a resposta que a gestão definir para os mesmos, consistindo em: evitar, aceitar, prevenir, reduzir e transferir;

Responsabilidade – cada gestor da Companhia deve ser responsável, no âmbito de atuação das áreas sob sua gestão, pela execução das atividades de controle e/ou de implementação dos planos de ação mitigadores dos riscos, objetivando reduzir o impacto e probabilidade de ocorrência dos mesmos, conforme o tratamento definido;

Monitoramento - as atividades de controle e/ou implementação dos planos de ação devem ser regularmente reportadas aos níveis hierárquicos superiores, cabendo a estes a avaliação da eficácia e eficiência das ações respectivas.

As atividades do Grupo expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

a. Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam

Notas Explicativas

minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia contratou recentemente seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de alguns clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é R\$9,4 milhões com vigência no período de 31 de maio de 2011 a 31 de maio de 2012.

Adicionalmente, o Grupo possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante consolidado de R\$ 15.158 (R\$ 13.091 em 31 de dezembro de 2010) representativos de 4,24% (4,80% em 31 de dezembro de 2010) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

b. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento Estaduais e Federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois normalmente tem até um ano de prazo para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo este mais longo que os concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos. Assim, a Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas Explicativas nº 14, 15 e 16.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em Bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados não estão destinados a cobrir deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como Cédula de Crédito Bancário, FINIMP (Financiamento de Importações) ou outros, por elas apresentadas.

Notas Explicativas

c. *Risco de preço das commodities*)

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para aproximadamente três meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Este procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, o Grupo acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, dentre outros, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, o Grupo avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, já fixando o preço da *commodity*, porém sujeito a risco de variação cambial.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no montante de 195.800 toneladas (145.392 toneladas em 31 de dezembro de 2010), equivalente a US\$ 60.280.

Análise de sensibilidade – Contratos de compra de trigo para entrega futura

Considerando que o risco envolvido sobre os contratos futuros firmados até 30 de setembro de 2011, restringe-se a risco de variação cambial, a análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$1,8544, no mesmo patamar de fechamento em 30 de setembro de 2011; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,3180; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do dólar em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$2,7816:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito Caixa

Transação	Risco	Cenário Provável Câmbio de 1,8544	Cenário Possível Câmbio de 2,3180	Cenário Remoto Câmbio de 2,7816
Contratos futuros em US\$	Variação do dólar	-	(R\$15.070)	(R\$30.140)

d. *Risco de taxa de câmbio*

Os resultados do Grupo estão suscetíveis de sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras,

Notas Explicativas

principalmente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação trigo em grão e óleo vegetal de soja ou de palma, suas principais matérias primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado a política de evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira ou, quando operacionalmente inviável, manter hedge natural, total ou parcial, com a manutenção de ativos suscetíveis também, à variação cambial. Desta forma, a Companhia não faz uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial. Contudo, a Companhia não descarta *a priori* a contratação de instrumentos derivativos com a finalidade específica de hedge ou como parte de operações estruturadas (soluções financeiras compostas por derivativos e outros instrumentos sem assumir risco no ativo-subjacente). Nestes casos, a aprovação da operação deverá seguir as Diretrizes e Políticas internas de Gestão de Riscos da Companhia.

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinado fator de risco, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto a oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	74.456	4.445	74.456	4.445
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(78)	(271)
Déficit apurado (a-b)	<u>74.456</u>	<u>4.445</u>	<u>74.378</u>	<u>4.174</u>

Em razão de necessidades de caixa circunstanciais, dado os compromissos de pagamentos assumidos em abril de 2011, em especial o pagamento dos juros sobre o capital próprio e a aquisição da Pilar, a Companhia optou por privilegiar a compra de matéria prima (trigo) através de linhas de financiamento, registrando, assim, um descasamento de caráter transitório que está sendo revertido ao longo do ano.

Em 30 de setembro de 2011, o Dólar encerrou com valorização no período em relação ao Real de aproximadamente 11,30% (4,30% de desvalorização em 31 de dezembro de 2010).

Análise de sensibilidade

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17/10/2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação em decorrência do descasamento cambial, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$1,8544 no mesmo patamar de fechamento em 30 de setembro de 2011; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,3180; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$2,7816:

Notas Explicativas**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito Caixa**

Transação	Risco	Cenário Provável Câmbio de 1,8544	Cenário Possível Câmbio de 2,3180	Cenário Remoto Câmbio de 2,7816
Descasamento cambial	Variação do dólar	-	(R\$ 18.595)	(R\$ 37.190)

e. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2011, os financiamentos atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$153.987, correspondendo a 40,39% do total do endividamento da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<u>95.572</u>	<u>25.249</u>	<u>106.912</u>	<u>32.443</u>
	<u>95.572</u>	<u>25.249</u>	<u>106.912</u>	<u>32.443</u>
Passivos financeiros				
Taxas pré-fixadas	69.637	66.554	152.505	143.025
Financiamento em moeda estrangeira ⁽¹⁾	74.456	4.445	74.456	4.445
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	25.182	25.097	153.987	128.406
Outros	<u>296</u>	<u>324</u>	<u>296</u>	<u>324</u>
	<u>169.571</u>	<u>96.420</u>	<u>381.244</u>	<u>276.200</u>

Nota 1: vide comentário sobre risco de taxa de câmbio

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

Considerando a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados a CDI e TJLP, em 30 de setembro de 2011, no valor de R\$ 47,1 milhões, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas a CDI, a análise de sensibilidade levou em consideração um aumento máximo de 20% na taxa CDI (representando um aumento de 2,38% pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$1,1 milhão.

Notas Explicativas

Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2011 é baixo, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos.

Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A Dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão assim demonstrados:

<i>Consolidado</i>	30/09/11	31/12/10
Dívida de financiamentos e empréstimos	381.245	276.200
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(133.907)	(54.372)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(11.488)	(10.578)
Dívida líquida	235.850	211.250
Patrimônio líquido	1.980.428	1.760.517
Dívida líquida/Patrimônio líquido (%)	11,91%	12,00%

28 Lucro por ação

Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base nos resultados dos períodos atribuíveis aos acionistas controladores e não controladores da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nestes períodos, conforme o quadro abaixo:

Notas Explicativas

<i>Em milhares</i>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Resultado do período	<u>250.707</u>	<u>242.864</u>	<u>253.691</u>	<u>246.528</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<u>250.707</u>	<u>242.864</u>	<u>253.691</u>	<u>246.528</u>
Saldo em 1º de janeiro	113.450	113.305	113.450	113.305
Efeito de compra de ações próprias	(13)	-	(13)	-
Efeito de opções de ações exercidas	13	126	13	126
Saldo em 30 de setembro	<u>113.450</u>	<u>113.431</u>	<u>113.450</u>	<u>113.431</u>
Média ponderada de ações	<u>113.448</u>	<u>113.420</u>	<u>113.448</u>	<u>113.420</u>
Resultado por ação básico	<u>2,20988</u>	<u>2,14128</u>	<u>2,23619</u>	<u>2,17358</u>

Lucro diluído por ação

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

29 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas 12 plantas industriais e 24 centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, decidiu contratar uma análise independente dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados. O

Notas Explicativas

referido trabalho serviu de base para contratação dos seguros sobre prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações com as seguintes coberturas:

Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização - R\$	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	250 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Desmoronamento	10 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011

30 Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia é locatária junto à empresa Rowena S.A. de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação firmado em 27 de fevereiro de 2008. A posição desse contrato em 30 de setembro de 2011 é a seguinte:

	Aluguel anual	Prazo da locação	Opção de Compra
Aeronave Challenger 300	US\$ 550 mil	36 meses	Não prevista

Em face das condições de contratação, a locação da aeronave não a caracteriza como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Vale salientar que em função de contrato de compartilhamento de despesa celebrado com Dias Branco Administração e Participações Ltda., metade do encargo é assumido por aquela empresa, tendo em vista o compartilhamento no uso da aeronave.

31 Remuneração dos administradores

O Estatuto Social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente nas demonstrações de resultados

Notas Explicativas

dos respectivos períodos, antes do lucro líquido do período e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei nº. 6.404/76.

32 Demonstrações do Valor Adicionado

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, o Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Caixa e bancos	17.890	17.169	26.992	21.929
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>95.572</u>	<u>25.249</u>	<u>106.915</u>	<u>32.443</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>113.462</u>	<u>42.418</u>	<u>133.907</u>	<u>54.372</u>

Na rubrica Caixa e Bancos registra-se o valor em espécie, cheques à vista e considerados à vista (até três dias úteis para serem apresentados) e os valores depositados em contas correntes mantidas junto a instituições financeiras.

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 101,26% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,99% em 31 de dezembro de 2010) e estão destinadas a negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

Não houve no período qualquer mudança na política utilizada para a Companhia para determinar os componentes do caixa e dos equivalentes de caixa.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, o Grupo realizou pagamento equivalente a R\$ 9.844 (R\$ 40.596 em 30 de setembro de 2010) relativo a juros e variações cambiais e

Notas Explicativas

R\$ 26.963(R\$ 30.957 em 30 de setembro de 2010) relativo ao Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 – Combinações de negócios, a Companhia adquiriu o controle da PILAR. A seguir apresentaremos o composição do fluxo de caixa decorrente da obtenção desse controle que está classificado nas atividades de investimentos:

	R\$
Caixa e bancos	82
Aplicações financeiras	150
Clientes	20.553
Estoques	5.392
Outros créditos	5.753
Ativo imobilizado	38.146
Fornecedores	(7.488)
Empréstimos e financiamentos	(25.087)
Outras contas a pagar	(23.079)
Ágio na aquisição	<u>55.500</u>
Preço total de compra	69.922
Valor da aquisição a ser amortizado (sem juros)	<u>(23.584)</u>
Caixa e bancos da Pilar	<u>(232)</u>
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada Pilar	<u>46.106</u>

34 Evento subsequente

A aquisição da Pilar foi ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas em 10 de outubro de 2011, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Diretor-Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente-Financeira

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 30 de setembro de 2011, é de R\$777,8 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.450.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	13.534.104	11,93	13.534.104	11,93
Conselho de Administração	2.846.003	2,51	2.846.003	2,51
Diretoria	10.688.101	9,42	10.688.101	9,42
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.365.896	25,00	28.365.896	25,00
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.365.896	25,00	28.365.896	25,00

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 30 de setembro de 2011.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2010				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	80.750.000	71,18	80.750.000	71,18
Administradores	13.480.104	11,88	13.480.104	11,88
Conselho de Administração	2.846.003	2,51	2.846.003	2,51
Diretoria	10.634.101	9,37	10.634.101	9,37
Ações em Tesouraria	19.138	0,02	19.138	0,02
Outros Acionistas	19.200.758	16,92	19.200.758	16,92
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	19.200.758	16,92	19.200.758	16,92

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 30/09/2011 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.534.104	11,93	13.534.104	11,93
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.365.896	25,00	28.365.896	25,00
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	80.750.000	71,18	80.750.000	71,18
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.480.104	11,88	13.480.104	11,88
Ações em Tesouraria	19.138	0,02	19.138	0,02
Outros	19.200.758	16,92	19.200.758	16,92
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: DIBRA Fundo de Investimentos em Participações		Posição em 30/09/2011 (Em unidades de Quotas)		
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	539,63	99,82	539,63	99,82
Dias Branco Adm. e Participações LTDA.	0,90	0,17	0,90	0,17
IDIBRA Participações LTDA	0,07	0,01	0,07	0,01
Total	540,60	100,00	540,60	100,00

Cláusula Compromissória de Arbitragem

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração da
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza, 24 de outubro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Yukie de Andrade Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 S-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeira intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Eusébio, 31 de outubro de 2011.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente-Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeira intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Eusébio, 31 de outubro de 2011.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente-Financeira